

PAULO HENRIQUE COSTA LIMA

11321ECO020

Chile: Da ascensão da esquerda democrática ao liberalismo autoritário.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2017

PAULO HENRIQUE COSTA LIMA

11321ECO020

Chile: Da ascensão da esquerda democrática ao liberalismo autoritário

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Marisa Silva Amaral.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAULO HENRIQUE COSTA LIMA

11321ECO020

Chile: Da ascensão da esquerda democrática ao liberalismo autoritário

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Ciências Econômicas.

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia, 20 de dezembro de 2017

Profª. Dra. Marisa Silva Amaral

Prof. Dr. Carlos Alves Nascimento

Prof. Dr. Wolfgang Lenk

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe, ela é a principal responsável por tudo isso, e por tudo que virá.

Agradeço a toda minha família por manterem meus pés no chão, mas conservarem minha cabeça nas nuvens.

Agradeço a todos meus amigos que, além de vibrarem com as minhas vitórias, ainda me fazem vibrar nas derrotas.

Agradeço aos meus mestres, que se dedicaram à árdua tarefa de me ensinar, em especial à minha orientadora Marisa.

Agradeço também a todos aqueles que me servem de inspiração, na vida e no profissional.

RESUMO

O presente trabalho busca estudar o comportamento da política econômica chilena ao longo do fim do século XX, assim como seus desdobramentos. O estudo analisa os fatores que deram condições para a chegada do governo Allende no poder, assim também como seu planejamento e os desafios que se fizeram presentes na sua administração. Na sequência estuda o período do governo Pinochet, analisando como se deu a orientação da política econômica pautada no arcabouço neoliberal, e suas consequências no país. Por fim, analisa como se deu a passagem de volta à democracia na questão da orientação econômica.

Palavras chave: Chile, Allende, neoliberalismo

LISTA DE TABELAS

Tabela I: Variação anual do PIB e do crescimento industrial.....	13
Tabela II: Participação dos setores na indústria manufatureira chilena.....	14
Tabela III: Taxas de crescimento industrial. 1968-1969.....	14
Tabela IV: Variação anual da formação bruta de capital fixo.....	16
Tabela V: Participação estrangeira em grandes indústrias e grau de mecanização em 1970.....	18
Tabela VI: Crescimento das matrículas por nível escolar.....	22
Tabela VII: Crescimento do PIB e FBKF, 1970 e 1971.....	22
Tabela VIII: Crescimento da produção agrícola.....	23
Tabela IX: Taxa de crescimento anual da base monetária e da inflação.....	25
Tabela X: Crescimento anual da inflação.....	27
Tabela XI: Balança comercial.....	28
Tabela XII: Importação de alimentos.....	28
Tabela XIII: Inflação anual de 1973 a 1982.....	33
Tabela XIV: Taxa de juros real.....	35
Tabela XV: Evolução do PIB.....	36
Tabela XVI: FBKF e participação da indústria na economia.....	37
Tabela XVII: Crescimento anual por setores (%).....	38
Tabela XVIII: Taxa de desemprego anual.....	39
Tabela XIX: Evolução da dívida externa.....	43
Tabela XX: Crescimento por setores de 1982 a 1990.....	45
Tabela XXI: FBKF e Indústria em relação ao PIB.....	46

Tabela XXII: Crescimento do PIB.....	46
Tabela XXIII: Taxa de desemprego de 1982 a 1988.....	47
Tabela XXIV: FBKF em relação ao PIB e crescimento do PIB (%).....	52
Tabela XXV: Composição das Exportações.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Balança Comercial em milhões de dólares (1974 a 1982) 34

Gráfico II – Balança Comercial em milhões de dólares (1982 a 1990) 44

LISTA DE SIGLAS

AFP	Administradoras de Fondos de Pensão
APS	Áreas de Propriedade Social
CODE	Confederação Democrática
CUT	Central Única de Trabalhadores
DC	Democracia Cristã
JAP	Junta de Abastecimento e Preço
MAPU	Movimento de Participação Popular Unitária
MOPARE	Movimento Patriótico de Recuperação
MIR	Movimento de Esquerda Revolucionário
PEM	Programa de Emprego Mínimo
PC/PCCh	Partido Comunista Chileno
PN	Partido Nacional
POJH	Programa de Ocupación para Jefes de Hogar
PR	Partido Radical
PSCh	Partido Socialista Chileno
PSD	Partido Social Democrata
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SNSS	Sistema Nacional de Serviços de Saúde
UP	Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. A ASCENSÃO DA ESQUERDA	
1.1. Chile na iminência de Allende.....	12
1.2. Governo Allende, das estratégias políticas e econômicas da União Popular ao golpe.....	20
2. O FASCISMO NEOLIBERAL	
2.1. Governo Militar, os primeiros anos – 1973 a 1982.....	31
2.2. Governo Militar, os últimos anos – 1982 a 1990.....	42
3. TENDÊNCIAS DOS ANOS 1990.....	50
4. ANÁLISES E REFLEXÕES PARA CONCLUSÃO.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	61

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se apresenta como um estudo sobre a economia chilena durante as últimas décadas do século XX. Visto que o país enfrentou nesse período episódios ímpares, tanto no aspecto político e democrático, quanto no econômico e social, o estudo se faz relevante para entender o que se passou e as forças que influenciaram o desenrolar das mudanças de orientação. Assim sendo, essa pesquisa tem o interesse de apresentar um quadro mais fiel possível do período analisado, levando em conta os interesses de agentes, externos e internos, que foram os guias dessas experiências que se efetuaram no Chile.

No primeiro capítulo estudamos a marcha progressista da política e economia chilena, começando com uma contextualização da década de 1960 e buscando apresentar fatores que contribuíram para a chegada da esquerda ao poder. Na sequência estudamos o período Allende, os planejamentos do governo, as dificuldades enfrentadas e os conflitos de interesses que se fizeram presentes no período, até seu fim prematuro com o golpe de 1973.

No segundo capítulo estudamos o período marcado pelo fascismo neoliberal do governo Pinochet. Procuramos entender como se deu a adoção de um regime neoliberal por essa ditadura sul-americana, ressaltando as causas determinantes dessa aproximação com a doutrina, a proximidade com os interesses estrangeiros e os resultados dessas políticas sobre os indicadores econômicos e sociais. O estudo sobre esse período se cruza com o próprio estudo sobre os impactos do neoliberalismo em países subdesenvolvidos, seus resultados sobre a população e a economia. Com isso procuramos demonstrar os reais impactos da experiência chilena como sendo o laboratório de testes dessa repaginação da doutrina liberal, e evidenciando se essa doutrina tem, ou não, capacidade de modificar a condição periférica da economia chilena.

Por fim, a seção final é destinada à década de 1990, se atentando para o desenvolvimento e orientação das políticas econômicas preservadas do período anterior. Esse capítulo se preocupa também em estabelecer os limites, esgotamentos e contradições do desenvolvimento econômico chileno no período, apresentando reflexões sobre as condições que determinam seu posicionamento na economia internacional como país subdesenvolvido, e a incapacidade de mudança dessas condições a partir da adoção de políticas de livre mercado.

O estudo sobre o Chile se revela como uma questão que abarca vários fenômenos que vemos presentes no desenrolar da história recente, como a ascensão da doutrina neoliberal, o combate truculento aos levantes progressistas nos países sul americanos, as condições de dependência às quais as economias subdesenvolvidas estão sujeitas e a influência das potências internacionais sobre as políticas internas dos países dentro de sua área de influência. Assim, a história chilena se apresenta como uma alegoria perfeita da história contemporânea, sendo essencial para o entendimento do cenário latino americano atual, lançando luz sobre condições que se desenvolveram e adquiriram a forma do panorama que encontramos hoje na nossa sociedade.

1. A ASCENSÃO DA ESQUERDA

1.1. Chile na iminência de Allende

Nessa seção fazemos um esforço para caracterizar a situação econômica e social na qual se encontrava o Chile na década precedente ao governo Salvador Allende. É importante estudarmos esse período para trazer à luz os fenômenos que tornaram possível a vitória democrática da Frente Ampla de esquerda no país. Por isso, tratamos aqui não apenas de esmiuçar o comportamento econômico e político nesse período, mas também de tentar entender os impactos disso na população chilena, levando em conta os diferentes interesses de classe. E a partir disso, tentar explicar as possíveis causas da vitória da União Popular nas eleições de 1970, e como esse cenário pôde intensificar o comportamento de luta de classes culminando na guinada à esquerda no final da década.

A década de 1960 no Chile é facilmente apontada, quando se analisa os dados de crescimento, como um período de estagnação. Tendo seu início sido marcado por fortes incentivos à diminuição da participação do Estado na economia e à adoção de políticas de privatização e de contenção inflacionária, no governo Jorge Alessandri, e num segundo período, a partir de 1964, sendo representado pela autoproclamada “revolução em liberdade” dirigida pela Democracia Cristã e encabeçada pelo presidente Eduardo Frei Montalva (ARAVENA, 1997). Porém, esse diagnóstico de estagnação da economia na década de 1960 não nos serve como causa, mas sim como efeito de fenômenos que serão discutidos adiante. Esse diagnóstico esconde pormenores sobre as reorientações do capital chileno. Sendo que o que houve na verdade foi um deslocamento do processo de acumulação de capital, e não uma estagnação propriamente dita, como apontado por Marini (1976).

É de extrema importância esclarecer essa dinâmica de deslocamento do capital para entendermos o real impacto na população chilena, e assim, os motivos do fracasso da já citada “revolução em liberdade” em se portar como uma alternativa em um país que demandava mudanças estruturais urgentes.

Para o começo da análise vamos nos atentar para o comportamento dos indicadores produtivos da indústria e da economia chilena em geral. O que podemos constatar pela Tabela I é um comportamento de desaceleração, em ambos os indicadores.

No entanto, a dinâmica distinta da desaceleração do PIB e da indústria chilena nos revela que essa segunda se comporta de uma maneira mais acentuada.

Tabela I: Variação anual do PIB e do crescimento industrial

Ano	Variação (%) PIB	Variação (%) Industria
1961	4,0	4,9
1962	5,2	12,4
1963	6,1	7,6
1964	2,7	1,4
1965	0,4	0,1
1966	10,0	7,6
1967	3,6	2,7
1968	3,8	4,0
1969	3,5	3,6

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Podemos notar, conforme dito anteriormente, um comportamento de desaceleração mais acentuada no que tange à indústria, principalmente nos primeiros anos antes da conjuntura excepcional de 1966, onde o processo de ocupação de terras antes não cultivadas ocasiona um aumento na produção agrícola de quase vinte vezes; depois volta-se a tendência de desaceleração. Isso corrobora com o pensamento de estagnação, mas também nos leva a procurar explicações para essa desaceleração mais acentuada na indústria.

Analisando a evolução do crescimento dos subsetores da indústria podemos notar que existe uma dissonância bastante acentuada quanto às suas distintas taxas de crescimento. A indústria de bens de consumo cresce a um patamar menor do que a indústria de bens intermediários, e ainda menor se comparada à indústria de máquinas e equipamentos. Marini (1976) chega a apontar que, no período de 1960 a 1967, o subsetor de bens de consumo teve um crescimento médio de aproximadamente 3,3%, contrastando com o crescimento de 6,6% do setor de bens intermediários, e com o crescimento de 13,4% do setor de máquinas e equipamentos. A Tabela II compara a evolução da participação de algumas indústrias da economia chilena, e através dela é possível ver a evolução diferenciada entre os subsetores.

Tabela II: Participação dos setores na indústria manufatureira chilena

Ano	Industria de Tecidos e Roupas (%)	Alimentos, Bebidas e Tabaco (%)	Maquinaria e Equipamentos para transporte (%)
1963	18,6	25,1	7,8
1964	18,3	25,4	8,7
1965	18,6	24,0	9,0
1966	18,1	24,8	9,4
1967	19,1	24,0	9,7
1968	13,5	17,9	10,8
1969	12,0	17,8	9,7

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

Através dessa série de dados podemos notar uma redução da participação na indústria chilena do setor de bens de consumo, representados tanto pela indústria têxtil quanto pelos produtores de alimentos, bebidas e tabaco, que vão, respectivamente, de 18,6% e 25,1% da participação em 1963, para 12% e 17,8% em 1969. Em contrapartida, também fica evidenciado o aumento da participação do setor de máquinas e equipamentos, que vai de 7,8% a 9,7% durante o mesmo período analisado.

No tocante ao aumento da produção desses demais subsectores, a Tabela III pode demonstrar que, não só houve um aumento da participação da indústria de máquinas e equipamentos na indústria em geral como esta também teve aumento de sua produção, assim como a indústria de bens intermediários.

Tabela III: Taxas de crescimento industrial. 1968-1969

Anos	Produção de bens de consumo	Produção de bens intermediários	Produção de máquinas e equipamentos
1968	2,6	1,9	5,3
1969	0,5	7,5	6,3

Fonte: CEPAL; (a) CORFO, em Aranda y Martínez, (El Reformismo y La Contrarevolución). Elaboração própria

O cenário então se resume no seguinte: a economia se encontra em desaquecimento, desaquecimento esse que é ainda mais acentuado na indústria chilena.

Mas dentro dos subsetores industriais, tanto a produção de bens intermediários quanto a de máquinas e equipamentos segue crescendo.

Isso poderia ser explicado por um aumento no dinamismo do setor de bens de consumo, que assim demandaria mais bens e equipamentos para aumentar a produção. Mas vimos que essa explicação não se aplica à realidade dos fatos, pois a indústria de bens de consumo segue numa diminuição da produção, até inclusive perdendo espaço de participação na indústria em geral. Outra coisa que poderia explicar esse fenômeno seria a produção visando um mercado externo. No entanto, a participação da manufatura nas exportações já frustra essa suposição, com uma média insignificante de 3,7% durante a década.

Mas antes de entendermos o que de fato pode explicar esse aumento produtivo nesses subsetores, temos que voltar os olhos para o processo de monopolização da economia chilena, que acontecia com características de centralização (MARINI, 1976). Ou seja, acontecia por conta de uma subjugação de capitais menores que detinham menos condições de integrar progressos técnicos a suas linhas produtivas. O que corrobora para essa afirmação é que o país passava por um momento de estagnação evidente. Sendo assim, a dinâmica de monopolização dos mercados não poderia se dar de outra forma. Não seria viável, portanto, explicar a dinâmica de monopolização desse período por conta de um processo de expansão do capital instalado. Como aprendemos com Marx, a exclusividade da posse de técnicas produtivas mais avançadas leva a um aumento da produtividade dissonante entre os capitais na economia, onde quem não conseguir se adequar para produzir num dado ritmo vai sendo subjugado e incorporado por capitais maiores. Vai sendo gerada então uma mais valia extraordinária à custa da degradação dos capitais menores.

Tendo ciência de como se tem dado o processo de monopolização da indústria chilena, é preciso indagar qual era o efeito desse aumento do lucro excedente dos grandes capitais. Marini (1976) aponta que apenas 10% dos lucros dos empresários se destinava à formação bruta de capital fixo.

Tabela IV: Variação anual da formação bruta de capital fixo

Ano	Variação anual da FBKF
1961	1,3
1962	12,3
1963	14,8
1964	-5,7
1965	-6,0
1966	3,2
1967	2,1
1968	9,5
1969	5,0

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria

Vemos então, através da Tabela IV, que o aumento da centralização dos capitais não se converteu em proporcional aumento da formação bruta de capital fixo. O que significa que a burguesia agora teve um aumento de liquidez, fazendo com que as suas demandas por consumo crescessem. O que acontece então é um deslocamento da produção chilena, da indústria de bens de consumo comuns para a de bens suntuários, sendo orientada pelas demandas crescentes de um mercado consumidor de mais alta renda. Assim, o crescimento dos subsetores produtores de máquinas e equipamentos, e bens intermediários, encontra explicação na absorção da produção desses pelo setor de bens suntuários (MARINI, 1976). Isso também leva a um aumento das importações durante o período, chegando a crescer 36% em 1966.

Os efeitos desse deslocamento da produção se deram em duas esferas. A primeira delas é referente à população de mais baixa renda, que, além de ter uma diminuição do seu poder de consumo durante o período, ainda teve a oferta de produtos destinados a ela diminuída. A segunda é referente à própria burguesia: Marini (op. cit.) aponta que acontece uma ruptura de seus interesses enquanto classe homogênea. Isso acontece, segundo ele, pela distinta dinâmica da evolução dos subsetores industriais, que não vai contemplar de maneira integral os interesses de toda a classe burguesa. E isso se atrela ao movimento de monopolização das empresas, algo que, apesar de acontecer em maior grau nas empresas que produzem bens de alto valor agregado, também atinge setores diversos da indústria de bens de consumo em geral. E em parte, a interferência do capital estrangeiro contribuía para aumentar os monopólios e assim acentuava a ruptura dos interesses interburgueses.

Sobre a participação dos capitais estrangeiros na economia do Chile no pós-guerra, vemos que ela aumentou substancialmente, principalmente nos anos 1960, quando grande parte das políticas de Frei foram orientadas para garantir a facilidade de desenvolvimento do setor industrial por via do apoio do grande capital externo (ARAVENA, 1997). E esse aumento de participação se deu principalmente em indústrias produtoras de bens de maior valor agregado. Outro ponto relevante é que os investimentos norte-americanos se destinaram num maior montante às empresas das quais o capital estrangeiro detinha menos que 50% das ações (MARINI, 1976). O que, segundo Marini, aponta para um esforço de se aumentar a influência norte americana na economia chilena. O que, mais tarde, com os interesses do capital internacional em jogo, será determinante para a constituição de um estado anticomunista, usando de sua autoridade para a efetivação de suas políticas, coisa que não se fez presente apenas na realidade chilena, mas em diversos países que estavam sob o círculo de influência do poder americano, e que demonstravam, de certa forma, resistência ao tipo de comportamento entreguista que o capital estrangeiro almejava.

A Tabela V atenta para a participação do capital estrangeiro nas principais empresas chilenas de diferentes ramos produtivos. A origem desses capitais estrangeiros não era muito diversificada, segundo Marini (op. cit.), o que acabava aumentando o grau de concentração do capital. Outra coisa que essa tabela nos apresenta é o grau de mecanização do processo produtivo dessas empresas, que é um fator importante para a efetiva subjugação das empresas menores que não conseguem acompanhar o ritmo produtivo dos grandes capitais.

Tabela V: Participação estrangeira em grandes indústrias e grau de mecanização em 1970

Empresas	Participação estrangeira (%)	Densidade de capital por trabalhador ocupado
Ind. Ambrosoli S.A.	80	0.25
Congo Chocolates S.A.	76,6	0.30
Embotelladora Andina	57.2	0.13
Soc. Ind. Del Calzado	100	0.26
Beltrán Ilarreborde S.A.	0	0.27
Cia. Agric. y For. Copihue	66	0.38
Laja Crown Papeles E.	50	0.05
Manuf. Papeles y Cartones. S.A.	0	0.20
Phillips Chilena	99,9	0.20
Soquina Ind. Ceresita S.A.	83,7	0.18
Lab Lepetit S.A.	100	0.29
Lab Pfizer	100	0.19
Siam diTella	85,3	0.25

Fonte: CORFO, La inversión extranjera. , op. cit., pp. 130-31. (El Reformismo y la Contrarevolución)

O importante aqui é entender como isso tudo impacta nas relações interburguesas. Porque mais à frente elas vão se revelar um fator bastante explicativo da ascensão da Unidade Popular, segundo Marini (op. cit.). O que acontece é que a pequena burguesia chilena é ocupada em grande parte pelo Estado, e tem sua origem, quando não possuidora de propriedades, na ascensão social de classes mais baixas. O que delega a ela

toda uma herança amistosa às causas populares. Já a pequena burguesia proprietária, nesse cenário de controle do mercado por parte dos grandes grupos nacionais e internacionais, se encontra asfixiada e perdendo espaço. E, para fins de esclarecimento, Marini ainda aponta para o fato de que, uma vez que o processo de acumulação de capital se deu de maneira vagarosa e em uma economia atrasada, essa camada da pequena burguesia tem bastante participação na população chilena.

Em relação à política rural é preciso levantar alguns pontos. O primeiro é um processo em larga escala de sindicalização rural durante o governo Frei, o que resultou em certa atração das classes camponesas à Democracia Cristã. Em segundo, se dá o início nesse período de um processo de ocupação de terras ociosas por trabalhadores rurais sem-terra, o que atingiu seu ápice na Unidade Popular (ARAVENA, 1997). Mas em contrapartida, vinculada aos interesses americanos para o país, o governo se empenhava em constituir uma classe média no campo capaz de fazer frente ao movimento de reforma agrária, e garantir a autoridade dos grandes proprietários (MARINI, 1976). Associando a isso a queda na atividade agrícola num patamar de 11,8% em 1969, a popularidade do governo Frei no meio rural foi se esfarelando.

Para concluir esse cenário de latência revolucionária podemos reforçar mais uma vez esses determinantes: uma classe de baixa renda sofrendo as mais duras penas do processo de deslocamento industrial, uma pequena e média burguesia com interesses dissonantes aos do grande capital, e uma população campesina submissa aos interesses do grande patriarcado rural. Nessa perspectiva os agentes que mais puderam interpretar a real situação e fazer crescer sua relevância no cenário político foram aqueles que compunham a Unidade Popular, sendo formada por uma coligação de partidos de esquerda que conseguiu atrelar os interesses desses grupos descontentes a sua campanha política, que clamava por uma reestruturação econômica e política sem que houvesse uma ruptura com as instituições burguesas do Estado. Dessa maneira se fez possível, pela primeira vez na história, um partido declaradamente socialista, reivindicando mudanças de cunho reformista, chegar ao poder pela via democrática.

1.2. Governo Allende, das estratégias políticas e econômicas da Unidade Popular ao golpe

Nesta seção discorreremos acerca do planejamento econômico da Unidade Popular para colocar o Chile nos trilhos do socialismo democrático. Também é de nosso interesse esclarecer algumas estratégias para concretização dos objetivos propostos, assim também como as dificuldades e os desafios enfrentados pelo novo governo.

A chegada ao poder da Unidade Popular veio através de uma eleição apertada, vencendo com 36% dos votos, contra 34,9% do Partido Nacional, e 27,8% da Democracia Cristã (MARINI, 1976). Muitos atribuem essa derrota da direita a uma superestimação de sua força política. E de fato, como vimos na seção anterior, havia uma ruptura dentro da classe burguesa que muito provavelmente passou despercebida no turbulento cenário de crise da década anterior. Nisso, a Unidade Popular ganhou força e conseguiu colocar seu candidato, Salvador Allende (PSCh), na presidência.

A Chamada Unidade Popular se constituía de uma coalizão de seis partidos de esquerda. O Partido Socialista Chileno (PSCh), Partido Comunista Chileno (PCCh), Partido Radical (PR), Partido Social Democrata (PSD), o Movimento de Participação Popular Unitária (MAPU), e ainda contava com o apoio da frente mais radical da esquerda chilena, o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR). As relações entre esse último e a UP foram marcadas por muitas turbulências durante o período do governo Allende. No entanto, nesse primeiro momento, o MIR se posiciona em apoio ao governo eleito e inclusive suspende suas ações armadas passando a integrar o corpo de segurança da proteção do Presidente (MARINI, 1976).

As reformas políticas, sociais e econômicas almejadas pelo programa de governo da UP já estavam expostas antes mesmo da chegada ao poder. Seu objetivo era construir no Chile uma economia planificada nos moldes socialistas, sem, porém, mexer no arcabouço do Estado burguês (ARAVENA, 1997). Em seu início de governo, a UP, apesar de se encontrar herdeira de uma década de estagnação econômica, gozava de certa neutralidade pacífica para com a pequena e média burguesia (MARINI, 1976). Para muitos setores mais radicais da coalizão, esse momento de delicada simpatia entre uma parcela da classe burguesa e o governo popular seria perfeito para que fossem postas em prática de vez as medidas de planificação. Mas, ao invés disso, o governo assumiu uma

postura que pretendia agregar mais apoio a sua base, principalmente nas camadas da pequena e média burguesia.

As primeiras medidas tomadas pelo governo tiveram o intuito de aumentar a renda da população, assim também como diminuir a taxa de desemprego e aumentar o consumo para dinamizar a produção e incentivar a utilização da capacidade instalada ociosa por conta da desaceleração da economia. Esse aumento do fluxo de renda da população se deu basicamente por gastos governamentais em três frentes principais, segundo Marini (1976): a primeira era referente aos reajustes salariais, acompanhados de controles sobre os preços para conter a inflação; a segunda por investimentos em infraestrutura, com vistas a aumentar o emprego e o fluxo de renda na economia; e a terceira referente a investimentos em saúde e educação e carências sociais como uma forma indireta de distribuir renda.

No âmbito da saúde o governo Allende criou o Sistema Unificado de Saúde, para elevar o nível e a qualidade de vida população e efetivar o controle social. O Colégio Médico¹, sendo predominantemente oligarquizado, teve de passar por uma reestruturação democrática, de modo que todos os integrantes passaram a ser funcionários do Estado. O resultado foi bem-sucedido do ponto de vista dos conselhos locais de saúde que se proliferaram por todo o país nesse período. Mas, por outro lado, a medida levou a uma extrema repulsa da classe médica para com o governo (LABRA, 2000), o que depois viria a se somar às manifestações populares que reforçaram o golpe.

No âmbito da educação, o governo Allende desenvolveu a chamada *Escuela Nacional Unificada*. Por um lado, esse planejamento buscava aperfeiçoar e aprofundar as reformas feitas no governo Frei, em que se ampliaram os anos de escolaridade obrigatória, dentre outras reformas qualitativas da educação. Mas, por outro, o novo governo da UP procurou incorporar forte conteúdo ideológico ao sistema de ensino, além de estabelecer uma grande influência das organizações políticas e sindicais na administração das instituições educacionais, colocando, assim, a educação como um fim e ao mesmo tempo como reforço ao processo revolucionário (FARRELL, 1986). Os resultados das reformas na educação, no que tange à inclusão, podem ser vistos na Tabela VI.

¹ O *Colegio Médico de Chile* é uma associação gremial de profissionais criada em 1948 que representa os interesses da classe médica diante da sociedade, assim como também vela pelo controle ético e profissional do ofício.

Tabela VI: Crescimento das matrículas por nível escolar

Ano	Ingresso anual no ensino superior (%)	Ingresso anual no ensino médio (%)	Ingresso anual no ensino fundamental (%)
1970	9,0	46,8	122,2
1971	11,2	53,5	128,8
1972	13,6	58,1	128,9
1973	15,1	61,3	128,6

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Sobre esses dados do governo Allende na área da educação cabe apontar que a taxa de ingressos que vemos presente no ensino superior em 1973, que é de 15,1%, a mais alta até então, só vai ser batida em 1984. E a taxa de 128,9% de ingresso no ensino fundamental no ano de 1972, que consta como a maior taxa de inclusão no ensino escolar no Chile até então.

É preciso ainda destacar o programa de nacionalização e estatização de indústrias importantes para a economia chilena. A Grán Mineiria del Cobre, assim como as indústrias de carvão, salitre, ferro e aço, provedoras dos principais recursos da economia chilena, foram nacionalizadas. O sistema bancário foi estatizado, e a consolidação das Áreas de Propriedade Social² (APS) acontecia de maneira gradual (BORGES, 2011). Nos primeiros anos isso resultou em uma recuperação do ritmo industrial em diversos setores, fazendo com que o PIB chegasse a crescer 9% em 1971. No entanto, Marini (1976) esclarece que esse crescimento produtivo não se deu através de novos investimentos, e sim da utilização de capital produtivo ocioso já instalado, como podemos aferir pela Tabela VII.

Tabela VII – Crescimento do PIB e FBKF, 1970 e 1971

Ano	Crescimento do PIB (%)	FBKF (%)
1970	2,1	6,5
1971	9,0	-2,3

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

² Segundo o planejamento do governo, a indústria aparecia dividida em três áreas, a privada, a mista e as Áreas de Propriedade Social. Essas últimas eram constituídas pelas principais empresas do país, de caráter monopólico, que se tornariam o eixo central da economia do país.

No que tange ao programa de reforma agrária, a UP seguiu os moldes do que já havia sido proposto pela Democracia Cristã. A lei, aprovada ainda no governo Frei, limitava a posse das terras a 80 hectares irrigados, chegando a mais de 300 hectares em terras de pior qualidade. As propriedades acima dos limites estipulados eram apropriadas pelo Estado e redistribuídas aos camponeses. Durante o governo da DC, cerca de 30.000 famílias foram beneficiadas, o que representava ao todo um terço do que havia sido proposto pelo programa (CHONCHOL, 1994). No entanto, à medida que o movimento dos trabalhadores rurais crescia, o governo congelava o programa, trazendo descontentamento à classe camponesa e reafirmando seu comprometimento com os interesses norte-americanos para a região, buscando desenvolver uma classe média no campo capaz de fazer frente ao movimento camponês (MARINI, 1976).

Já no governo Allende, a expropriação de terras se deu de maneira bem mais dinâmica do que no governo anterior. A distribuição colocava a posse das terras durante um determinado período nas mãos de uma sociedade coletiva de exploração que ainda contava com contribuição de capital por parte do governo. Durante esse período os trabalhadores se alocavam de forma a estabelecer suas contribuições produtivas, para que no fim tomassem posse definitiva da terra (CHONCHOL, 1994). O resultado para a produção agrícola com a introdução da lei da reforma agrária, tanto no governo DC quanto no Allende, foi pior do que o esperado como vemos na Tabela VIII, ainda se levando em consideração a necessidade de um período de adaptação da força de trabalho do campo à nova alocação de terras, onde a produção agrícola provavelmente minguaria.

Tabela VIII – Crescimento da produção Agrícola

Ano	Crescimento anual da Produção agrícola (%)
1964	1,29
1965	1,12
1966	20,89
1967	2,75
1968	5,07
1969	-11,78
1970	3,20
1971	-1,10
1972	-8,32
1973	-9,98

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria

O altíssimo resultado de 1960 se deveu à utilização de solo antes não cultivado; estima-se que cerca de 420.500 hectares foram utilizados para plantio ao longo da década (GOMEZ, 1988). Os resultados negativos de 1969, e dos anos de governo da Unidade Popular, se explicam pela dificuldade do governo em alocar a população rural nas áreas reformadas, uma vez que a maior parte dos trabalhadores rurais não se encontrava vinculada a nenhum tipo de organização, o que dificultava a integração com o Estado e acabou desencadeando uma série de invasões e greves no campo (BORGES, 2007).

Na implementação desse planejamento de dinamizar o consumo através do aumento da renda é preciso entender como certos propósitos de alguns agentes dentro da UP, atrelados à situação de isolamento em que o governo se encontrava em relação ao parlamento, impactaram na execução desse planejamento.

Em primeiro lugar, é preciso entender que desde cedo existiam divergências dentro da UP. De um lado estava o PC, que tinha uma relevância maior na direção da coalizão e objetivava uma modificação do Estado, o tornando mais democrático do ponto de vista literal. Colocando as camadas proletárias no centro do aparato estatal, porém ainda primando por manter o arcabouço burguês, e estimulando uma atração de outros capitais externos na busca de um confronto com o imperialismo norte-americano. Nessa empreitada de levar o Estado a uma maior participação no setor privado através de reformas na estrutura burguesa, o PC via com muita importância uma aproximação com os interesses da pequena e média burguesia (MARINI 1976). E é preciso apontar que esse posicionamento era visto com maus olhos pelos setores mais radicais da esquerda chilena, principalmente pelo MIR, que defendia uma participação mais forte das massas nas tomadas de decisões.

Atrelado ao posicionamento do PC de se manter amistoso às camadas médias da burguesia, existia também um parlamento, onde a UP, minoritária, precisava de apoio para implementar seu plano de governo. Nesse sentido, para aumentar a renda, o governo se lançou na utilização de mecanismos de expansão monetária e contenção de preços para controlar a inflação. Não houve uma verdadeira redistribuição de renda, uma vez que toda a população foi contemplada e o aumento do consumo se deu tanto nas classes mais abastadas quanto nas mais pobres (MARINI 1976). Com esse planejamento a UP pretendia aumentar seu apoio político, tanto nas classes mais carentes, como também nas mais ricas, para mais tarde ter o apoio necessário para acelerar os programas de nacionalização e estatização.

Tabela IX: Taxa de crescimento anual da base monetária e da inflação

Ano	Crescimento anual da base monetária (%)	Inflação, crescimento anual (%)
1969	38,2	30,6
1970	57,9	32,5
1971	102,0	20,1

Fonte: Banco Mundial. Elaboração Própria.

Como apresentado na Tabela IX, o crescimento da base monetária é visível. Passando de 38,2% em 1969 para 57,9% no primeiro ano de governo da UP. E essa tendência segue crescendo nos seguintes anos de governo, chegando a 334% em 1973. Esse aumento da renda, de maneira homogênea, não contribuiu para alterar a estrutura produtiva do país, e assim o setor de bens suntuários continuou aumentando sua produção acima do ritmo dos outros setores. Em contrapartida, como já apontado por Marini (1976), o crescimento da inflação não acompanha o ritmo da expansão monetária por conta dos controles e congelamentos dos preços.

Como consequência desse controle dos preços, já em 1971, acontecem episódios de desabastecimento, estoques escondidos e mercados paralelos. Para combater esses fenômenos o governo criou as JAPs (Juntas de Abastecimento e Preços), que serviam para fiscalizar a distribuição de alimentos e denunciar os comerciantes especuladores. Os estoques escondidos para fins especulativos, quando denunciados, eram confiscados e repassados à população. O racionamento chegou a níveis tão preocupantes que foram instituídos cartões de racionamento para que a população adquirisse produtos. Ao todo foram implementadas três mil JAPs em todo o Chile, que tiveram papel importante e efetivo no combate ao desabastecimento (GUSMÁN, 1979).

Esse problema se atrelava ao fato de que o crescimento da produção não era suficientemente dinâmico para acompanhar as crescentes demandas oriundas do aumento do consumo. Outro problema era que, conforme foi-se dando o processo de utilização da capacidade ociosa, foi acontecendo um declínio da produtividade, por conta da menor eficiência do capital deixado ocioso e da carência de maior manutenção para sua utilização, o que fez aumentar os custos produtivos. Para fazer frente a isso o governo

lançou um programa de inclusão dos trabalhadores na direção administrativa das empresas, aumentando sua participação na coordenação das mesmas, isso no âmbito estatal. O objetivo dessas iniciativas do governo era justamente fazer com que os trabalhadores se sentissem mais motivados e assim estimulados a aumentar os esforços para acelerar o ritmo produtivo. No setor privado esse esforço produtivo era representado pela formação de comitês de vigilância, com o apoio da Central Única de Trabalhadores (CUT). Dessa forma, o esforço dos trabalhadores das indústrias estatais, que eram basicamente provedoras de insumos produtivos ao setor privado, era de extrema importância para se sustentarem custos baixos nas indústrias privadas (MARINI, 1976).

No último semestre de 1971, as crises de desabastecimento se agravam e acarretam a saída de Pedro Vuscovic do Ministério da Economia. Nesse momento, Carlos Matus assume o Ministério e implanta uma nova orientação de política econômica mais respaldada nas demandas da classe média da população. A adesão a esse planejamento reforçava a influência do PC dentro da coalisão do governo, e era vista por muitos como um passo para trás na caminhada ao socialismo. O programa de Matus almejava reestabelecer a confiança dos empreendedores da pequena e média burguesia no governo, para que assim houvesse estímulos ao investimento. Se tratava de proporcionar a possibilidade da acumulação capitalista estimulando o processo de acumulação de capital e reprodução da atividade privada (MARINI, 1976).

Com intuito de amenizar os sacrifícios enfrentados pelas indústrias estatais, que operavam com preços reduzidos para subsidiar a produção privada, interrompeu-se o congelamento para contenção inflacionária e aconteceu um aumento dos preços. No entanto, esse aumento não aconteceu, como esperavam os planejadores, de uma forma restrita para beneficiar em especial os bens produzidos pela indústria estatal. A alta se deu de maneira desregrada, segundo Marini (op. cit.), inclusive nos preços de produtos agropecuários, o que comprometeu parte da renda das famílias.

Tabela X – Crescimento Anual da inflação

Ano	Inflação, crescimento anual (%)
1970	32,51
1971	20,06
1972	77,81
1973	352,83

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como visto anteriormente, a inflação nos dois primeiros anos de governo Allende se mantém controlada, porém, no último semestre de 1971 abre-se mão do congelamento dos preços e a inflação cresce, chegando a 352% no último ano do governo. Marini aponta que mesmo os reajustes salariais outorgados pelo governo não foram suficientes para impedir que esse aumento generalizado dos preços representasse uma regressão na distribuição de renda (MARINI, 1976). Isso porque o reajuste não contemplava as especificidades das distintas classes de trabalhadores da economia chilena. Muitos não eram formalizados, ou, como na situação da pequena e média indústria, a baixa representação desses trabalhadores lhes conferia um baixo poder de barganha junto a seus empregadores.

A economia chilena continuou crescendo com a alta dos preços, porém com um ritmo cada vez menor até o último trimestre de 1972, quando começa a apresentar resultados negativos. O diagnóstico do governo foi preciso em apontar como causa o esgotamento da capacidade instalada ociosa, porém as medidas tomadas que depositavam nas mãos da iniciativa privada a esperança de uma retomada dos investimentos foram frustradas. Mesmo com as concessões do governo e inúmeras tentativas de aproximação com a pequena e média burguesia, chegando até a acarretar a ruptura dos diálogos do PC com o MIR, e mais tarde a troca do General Prats (reconhecidamente “allendista”) à frente do Ministério da Defesa pelo até então constitucionalista General Pinochet, os setores conservadores se mantiveram intransigentes e indispostos a cooperar com qualquer postura do governo. De fato, a polarização que acontecia no Chile se acentuava cada vez mais diante das ofensivas que o grande capital, munido dos veículos de comunicação, lançava sobre o governo. Como exemplo disso vemos setores da direita se radicalizando e integrando um corpo de ordem fascista de nome *Pátria y Libertad* (GUZMÁN, 1979).

Nesse período o governo, ainda tendo de enfrentar o boicote das agências financeiras norte americanas, sentiu mais drasticamente o impacto de todos esse movimento na economia, uma vez que isso se somaria à necessidade de se importar insumos para compor o capital produtivo das indústrias chilenas. A alta dos preços internacionais somada à queda do preço do cobre provocou uma dinâmica deficitária na balança comercial.

Tabela XI – Balança Comercial

Ano	Variação da balança comercial (%)
1970	0,59
1971	-1,00
1972	-3,41
1973	-1,81

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Para aprofundar o déficit ainda existia a necessidade de se importar alimentos, como vemos na Tabela XII, uma vez que o setor agropecuário ainda seguia numa tendência decrescente.

Tabela XII – Importação de alimentos

Ano	Crescimento da importação de alimentos (%)
1970	14,6
1971	17,7
1972	23,4
1973	25,8

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Nesse contexto de fragilidade econômica do governo, em outubro de 1972, as elites burguesas se sentem fortes o suficiente para impor uma parada produtiva com o intuito de desestabilizar ainda mais o governo. Dentre a série de ofensivas burguesas, duas impactaram de maneira mais forte a economia chilena. A primeira delas foi a greve

das empresas de transporte privadas, que, segundo Guzmán (1979), fez com que o governo tivesse que realizar, com apenas seiscentos automóveis, um trabalho de logística que antes era desempenhado por uma frota de aproximadamente cinco mil veículos. Nesse contexto surge o Movimento Patriótico de Recuperação (MOPARE), que agrupava os transportistas aliados ao governo num esforço de minimizar os prejuízos criados pelo boicote do setor.

A segunda greve de maior destaque, que aconteceu já no ano seguinte, depois das eleições parlamentares, foi a greve dos mineiros de cobre na Mina Teniente, que produzia aproximadamente 20% do valor do PIB chileno (GUZMÁN, 1979). A paralização engloba 39% dos trabalhadores da mina que são entusiasticamente apoiados pelo parlamento e pela mídia burguesa. O restante dos trabalhadores da mina se empenharam em trabalhar sob turnos mais longos para compensar os prejuízos. Dentre as consequências da crise de outubro, Marini (1976) ressalta um fortalecimento do enfrentamento entre burguesia e proletariado, o que, segundo ele, vai resultar num processo interno de radicalização, e, até certo ponto, de unificação em ambos os lados.

O boicote da elite chilena só não atingiu resultados mais catastróficos porque esbarrou em uma classe operária que se organizou e ocupou fábricas lutando pela continuidade do ritmo produtivo. Nesse contexto, os Cordões Industriais³ tomam extrema significância na sustentação da economia do país. Tendo sua representação por meio dos Comandos Comunais⁴, essa organização popular ainda era, nesse primeiro momento, submissa a certo controle governamental, seja pela orientação da CUT ou pela própria introdução de um representante do poder executivo na coordenação das organizações (TRONCOSO, 1988). No entanto, a autonomia desses movimentos vai cada vez mais tomando espaço e configurando um Poder Popular paralelo ao comando da UP, ainda que com interesses em comum. No entanto, o reconhecimento da autonomia do poder popular dos Comandos Comunais pelo governo foi acontecendo de maneira gradativa ao longo do ano de 1973, sendo representado na coligação pelo PS, que com a saída do MIR fazia as vezes de criar no governo um contraste com a moderação e cautela do PC. De fato, como lembra Troncoso (1988), Allende no segundo trimestre de 1973 já chega a

³ De acordo com Borges (op. cit.), o conceito de Cordões Industriais é definido por uma concentração de indústrias de distintos ramos produtivos, em determinadas regiões chilenas, formando territorialmente um cordão industrial. Os cordões acabam integrando, não apenas as demandas dos trabalhadores das diversas indústrias, mas também as demandas das populações que se localizam nas imediações.

⁴ Comitês civis representantes das demandas populares, responsáveis pelas articulações dos movimentos populares.

reconhecer a representatividade dos Comandos Comunais desvinculada das orientações do executivo como um exercício mais pleno de participação popular e um passo adiante na constituição de uma democracia mais literal.

O ano de 1973 tem seu início conturbado pelo acirramento do enfrentamento e da polarização entre burgueses e proletários, sem falar na crise produtiva e distributiva e na aceleração da inflação. Nesse cenário, as forças armadas aumentaram sua participação no governo com o intuito de garantir o cumprimento das eleições parlamentares de maio. Como aponta Marini (1976), esse ingresso das forças armadas, ao mesmo tempo em que reforçava de certo modo a legitimidade do governo, contribuía também para acalmar os temores das demais classes políticas. As eleições parlamentares de março representavam uma conquista de extrema importância para o futuro do governo da UP. Isso porque se a oposição conseguisse dois terços das cadeiras no parlamento poderia executar um impeachment do presidente eleito. Com esse intuito, os partidos da oposição se uniram e constituíram a chamada Confederación de la Democracia (CODE). O resultado, no entanto, frustrou as expectativas da classe burguesa, que conseguiu uma representação de apenas 55% do eleitorado. Mas se de um lado a oposição não conseguiu concluir seus planos, de outro a situação se encontrava em minoria e sem a representação necessária para aprovar planos de governo, como lembra Brum (2013).

A situação no parlamento se torna insustentável. A oposição intransigente se lança num esforço de imobilizar o governo, levantando denúncias das mais variadas sobre quaisquer cargos chaves da administração. Assim foram caindo o Ministro Orlando Millas da Fazenda e mais três ministros num prazo de três meses subsequentes, como lembra Guzmán (1979).

Nas ruas a situação não é melhor: várias manifestações promovidas pelas instituições patronais e enfrentamento com movimentos solidários ao governo. Em julho, um regimento blindado do exército ataca o palácio de La Moneda, deixando mortos e feridos. O exército não dá apoio à iniciativa isolada, e logo o levante é contido. Esse episódio foi chamado de El Tanquestazo. Nesse cenário, a oposição burguesa consegue no mês seguinte a já citada renúncia do então ministro da defesa, General Carlos Prats, e sua substituição pelo General Augusto Pinochet, que mais tarde, em 11 de setembro de 1973, vai desferir o golpe final no governo Allende, bombardeando o palácio de La Moneda munido com o controle do exército e o apoio norte americano.

2. O FASCISMO NEOLIBERAL

2.1. Governo Militar, os primeiros anos – 1973 a 1982

Como dito no capítulo anterior, em 11 de setembro de 1973 é desferido o golpe final sobre o governo Allende, marcando assim o rompimento com a tradição democrática do país e dando início a um novo regime, autoritário e ditatorial. Assim tem início o governo Pinochet. Nesse capítulo trataremos das reformas políticas e econômicas implantadas pelo regime ditatorial, assim como seus impactos na economia chilena.

O caráter do novo regime, como apontado por Sabino (1999), era extremamente antimarxista, proibindo e perseguindo partidos e movimentos de orientação de esquerda em todo país. Na contramão das orientações adotadas pelos outros regimes ditatoriais na América Latina, o governo militar no Chile enxergava na condução da política econômica, talvez, a mais poderosa arma para combater e se distinguir dos governos populares anteriores, dada a sua preocupação no combate ao comunismo (SABINO, 1999). Assim, com essa busca pelo distanciamento intransigente ao marxismo, aliado à proximidade norte americana, o governo de Pinochet buscou uma orientação econômica alternativa.

No contexto global a situação desse período era definida por uma crise no *welfare state*, onde as taxas de crescimento diminuía e se acelerava a dinâmica da inflação nos países desenvolvidos (HOBSBAWM, 1992). Nesse contexto é que começam a ganhar terreno as teorias neoliberais, que ofereciam uma explicação para a crise por meio da crítica ao aumento de poder sindical e à forte representação operária junto às tomadas de decisões nas regulações e determinações aferidas sobre a economia, como aponta Anderson (1995). Para esses teóricos, as reivindicações por maiores salários e melhores condições exerceriam pressão na atuação do Estado junto à economia, aumentando despesas com gastos sociais e aplicando controles e regulações sobre os mercados, prejudicando o processo de acumulação capitalista e inviabilizando, assim, a autorregulação da economia⁵. Dessa forma, o receituário neoliberal, apesar de indicar a necessidade de um Estado não interventor em questões sociais e econômicas, defende a instituição de um Estado forte no sentido de extirpar o poder sindical, e que não carregasse

⁵ Segundo a perspectiva neoliberal. Outras vertentes enxergam na presença do Estado nos países afetados pela guerra um caráter essencial para o desenvolvimento de suas indústrias, favorecendo assim o processo de acumulação.

a preocupação com uma sustentação de programas sociais (ANDERSON, 1995). Primando pela estabilidade monetária a qualquer custo, o Estado deveria adotar uma postura fiscal de forma a beneficiar o acúmulo de renda e permitir a dinâmica da criação de um exército industrial de reserva. Só assim o mercado poderia se autorregular alcançando um novo patamar de crescimento (ANDERSON, 1995).

Os ideais neoliberais acharam no Chile o seu campo de experimentações. O terreno já havia sido preparado há algumas décadas, quando, em 1956, os Estados Unidos lançavam um programa de intercâmbio em parceria com a Universidade Católica do Chile, financiando a capacitação de estudantes chilenos e os treinando na Universidade de Chicago, representante mais tradicional do neoliberalismo nos Estados Unidos (KLEIN, 2008). Segundo Klein (2008), esse programa se caracterizava como parte essencial de uma estratégia do governo norte americano que buscava a extirpação das tendências desenvolvimentistas dos países latino americanos, sendo determinante para a influência neoliberal no Chile anos mais tarde.

Quando os militares tomaram o poder foi o momento em que finalmente puderam ser implantadas as técnicas dos estudiosos de Chicago. Dentro das recomendações dos chamados “Chicago boys” para o Chile, estavam a remoção dos controles de preços, remoção das barreiras à importação e cortes de gastos do governo (KLEIN, 2008).

De imediato, o novo governo dissolveu a Central Única de Trabalhadores, para diminuir o poder de barganha dos proletários enquanto classe, e deu início à devolução das propriedades expropriadas durante o governo Allende, com mais de cinco mil empresas sendo devolvidas ou privatizadas durante a década de 80 (SABINO, 1999). No entanto, como aponta Sabino (1999), empresas como a CODELCO (cobre), ENAP (petróleo e combustíveis), indústrias de carvão, companhias de eletricidade e outros serviços, continuaram nas mãos do Estado ao longo dessa primeira década.

Já em outubro de 1973 o governo revoga os controles de preços, assim como os controles de câmbio existentes, e institui um regime de *crawling peg*, que se baseia na flutuação da moeda antecipando pequenas desvalorizações sucessivas (SABINO, 1999). O resultado sobre a inflação é visível na Tabela XIII.

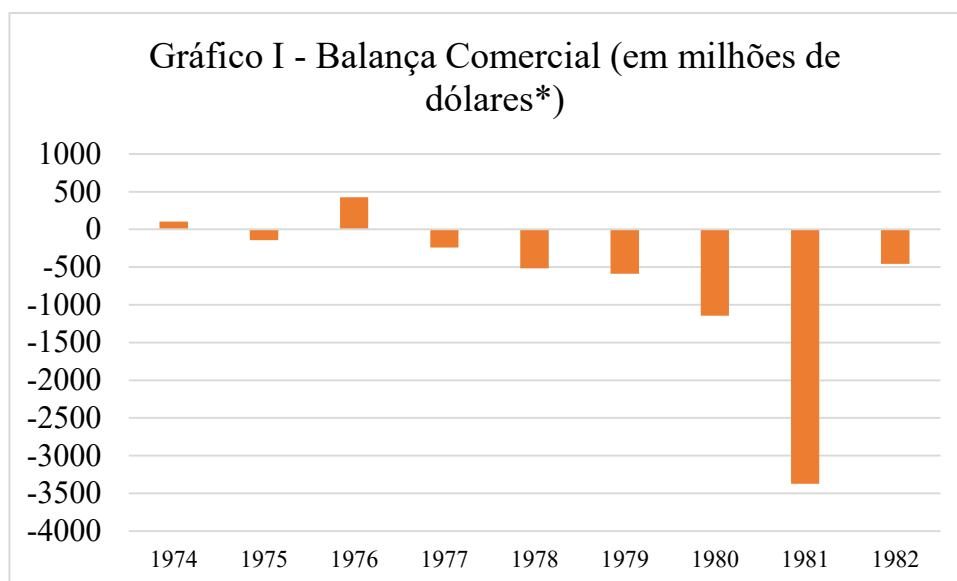
Tabela XIII – Inflação anual de 1973 a 1982

Ano	Inflação anual (%)
1973	352,83
1974	504,73
1975	374,74
1976	211,92
1977	91,95
1978	40,09
1979	33,39
1980	35,14
1981	19,69
1982	9,94

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como podemos ver, o resultado inicial da retirada do controle de preços é uma explosão da inflação, que vai alcançar seu patamar mais elevado já em 1974 com 504,73% ao ano. No entanto, vemos que a tendência nos anos seguintes é de uma diminuição na taxa, que se acentua depois de 1976, quando ela passa para um patamar de dois dígitos, chegando a 9,94% em 1982.

Ainda nesse contexto de combate ao processo inflacionário, foram sendo aplicadas políticas de desregulamentação, tanto no sistema bancário quanto nos mercados externos (BLOMSTROM, 1990). Segundo Blomstrom (1990), antes das reformas mais de 60% das importações estavam sujeitas a restrições quantitativas, com tarifas médias de 105%, e máximas chegando a 220%. Até 1976, as restrições quantitativas, assim como as proibições de importação, medidas *antidumping* e qualquer outra barreira compensatória são eliminadas, e as tarifas médias passam para 36%, e máximas para 66%, até que se estabelecem tarifas uniformes em 1979, no patamar de 10% (BLOMSTROM, 1990). O resultado visível é uma contínua geração de déficits na balança comercial, como podemos ver no Gráfico I.



*dólares correntes

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria

Os rombos desses déficits em conta corrente eram cobertos por uma grande entrada de capitais externos nesse período, principalmente em 1977 e 1978, o que levou a um aumento abrupto na conta de serviços, crescendo mais de 250% entre 1977 e 1982, e na dívida externa, passando de US\$ 4,7 bilhões em 1976 para US\$ 17,1 bilhões em 1982 (CARCANHOLO, 2004). Ainda podemos notar, analisando o gráfico, que os déficits se intensificam depois de 1979. Isso acontece porque, nesse mesmo ano, conjuntamente com a criação da nova constituição que institucionaliza a ditadura, acontece a adoção de um sistema de câmbio fixo ancorado no dólar, com paridade de 39 para 1 entre os pesos chilenos e a moeda norte americana. Segundo Sabino (1999), esse sistema de câmbio se mostrou completamente insustentável, uma vez que acabou por encarecer os produtos chilenos no mercado externo, tirando competitividade do setor exportador, ao mesmo tempo em que causava um barateamento das importações, que, nesse mesmo período, já se encontravam taxadas indistintamente em 10%, salvo automóveis.

Nesse contexto, em que a economia chilena sinaliza para o capital internacional condições de insolvência, a taxa de juros teve de ser colocada em patamares cada vez mais altos (CARCANHOLO, 2004).

Tabela XIV – Taxa de juros real

Ano	Taxa de juros real (%)
1977	27,87
1978	18,06
1979	11,24
1980	14,27
1981	34,48
1982	50,98

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria

Somado à situação de insolvência da economia chilena, o cenário externo era de diminuição da liquidez. Um segundo choque do petróleo, acompanhado do aumento da taxa de juros norte americana, diminuiu a oferta de crédito internacional, o que incitou um aumento ainda maior da taxa de juros. Carcanholo (2004) ainda chama atenção para o fato de que boa parte dos capitais atraídos para o país tinham interesses que os direcionavam para o financiamento do consumo interno e/ou fins especulativos, competindo com o mercado nacional e fomentando o desenvolvimento do capital fictício.

A estrutura da economia chilena, conferida pelo planejamento neoliberal, altamente dependente de financiamento externo, ficou completamente comprometida quando, em 1982, acontece uma fuga desses capitais por conta da diminuição de liquidez externa e pelo cenário de insolvência no qual o país se encontrava (CARCANHOLO, 2004). Os efeitos dessa crise podem são facilmente notados quando se analisa o PIB chileno.

TABELA XV – Evolução do PIB

Ano	Crescimento do PIB (%)
1974	2,49
1975	-11,36
1976	3,41
1977	8,70
1978	7,46
1979	8,68
1980	8,15
1981	4,74
1982	-10,32

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como podemos observar, o PIB de 1982 sofre uma retração de 10,32%, resumindo a média do período a um crescimento de 2,44%, a despeito das altas taxas de crescimento entre 1977 e 1980. É importante ressaltar um fator que influenciou no aprofundamento da crise, o preço internacional do cobre. O preço da tonelada métrica do cobre passou de US\$ 3.223 em 1979 para US\$ 2.004 em 1982 (em dólares de 1995) (BRAUN, 2000). Essa redução de 37,8% do preço do principal produto da economia chilena teve significativo impacto na crise de 1982, contribuindo para a retração do PIB no último ano. Isso demonstra a persistente situação de dependência da economia chilena em relação à indústria do cobre, assim como também reflete o grande problema enfrentado pela indústria chilena nesse período.

A indústria chilena encontrou na abertura econômica o mais penoso entrave ao seu desenvolvimento. As eliminações das barreiras comerciais, assim como o abandono das medidas compensatórias, expuseram a indústria interna a uma concorrência desleal com os capitais estrangeiros, fazendo com que ela perdesse espaço no mercado interno. A situação se agravou ainda mais com a valorização do câmbio, barateando ainda mais a compra de produtos importados dentro do país, e com os aumentos da taxa de juros para atrair financiamento externo, que desestimularam os investimentos (BLOMSTROM, 1990).

TABELA XVI – FBKF e Participação da indústria na economia

Ano	FBKF em relação ao PIB (%)	Participação da indústria no PIB (%)
1974	20,64	49,29
1975	21,55	38,41
1976	16,18	40,47
1977	16,25	36,73
1978	17,90	36,82
1979	18,16	37,87
1980	16,64	37,44
1981	18,61	36,55
1982	14,20	34,73

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como podemos ver, no que tange aos investimentos, a formação bruta de capital fixo no período mal chega a 22% do PIB em seu melhor ano. Carcanholo (2004) reforça que as causas disso são encontradas nas altas taxas de juros, na redução do investimento público, e na baixa taxa média de utilização da capacidade instalada.

Sobre a participação da indústria no PIB, podemos perceber que ela segue uma trajetória declinante ao longo da década. Segundo Blomstrom (1990), o aumento das importações, dada a abertura comercial, afeta de duas maneiras a produção interna. A primeira é de maneira direta, com a substituição do consumo de bens nacionais por importados. A segunda remete ao consumo de insumos produtivos internacionais, que acabam por eliminar etapas da produção nacional.

Dessa forma, vemos que a abertura econômica não beneficiou de forma alguma o processo de desenvolvimento da indústria chilena, pelo contrário, foi determinante no seu sucateamento, com alguns autores, como Blomstrom (1990), diagnosticando inclusive um processo de precoce desindustrialização. Carcanholo (2004) argumenta que, tamanho foi o prejuízo causado pela abertura econômica, se configurou um retrocesso gerador de uma *desubstituição* de importações.

Tabela XVII – Crescimento anual por setores (%)

Ano	Agricultura	Mineral	Manufatura	Serviços Públicos	Construção	Comercio	Serviços (eletricidade, gás e água)
1973	-9,98	-2,33	-7,73	2,37	-11,03	-6,36	-2,79
1974	26,76	22,18	-2,55	8,03	26,25	-19,67	5,25
1975	4,37	-11,25	-25,47	1,87	-26,04	-17,11	-3,78
1976	-1,62	12,19	6,02	5,87	-16,53	2,49	5,84
1977	10,62	2,74	8,49	1,79	-0,87	24,8	5,76
1978	-3,71	1,59	9,27	-3,08	8,06	20,02	6,73
1979	6,17	5,37	7,90	-1,19	23,87	11,05	6,8
1980	3,83	5,18	6,17	-3,21	23,94	12,34	5,03
1981	3,85	7,70	2,56	-1,79	21,1	7,32	2,05
1982	-0,72	6,52	-20,96	-2,6	-23,54	-18,62	0,06

Fonte: BRAUN, Juan. Economia Chilena 1810 – 1995. Estadísticas Históricas.

Como podemos ver na Tabela XVII, a manufatura apresenta uma tendência de desaceleração do crescimento, ao mesmo tempo em que o setor de mineração apresenta uma aceleração do crescimento. Isso contribui para a análise de Blomstrom (1990) de que as exportações de produtos primários voltaram a ser o motor do crescimento nesse período, apesar de que, como já discutido anteriormente, a balança comercial tenha se mostrado com persistentes déficits durante o período.

Os serviços públicos, como era de se esperar, são a área com o pior desempenho, seguindo uma trajetória de decrescimento, que fica mais acentuado depois da aprovação da nova constituição em 1979. Os serviços, como eletricidade, água e gás, também apresentam uma tendência de desaceleração depois de 1979, o que pode significar uma dificuldade do setor privado em ocupar as atividades que foram gradativamente deixando de ser desempenhadas pelo Estado.

A construção é, de longe, o setor com a melhor evolução, porém, é o setor que mais sofreu retração com a crise de 1982. O comercio atinge seu pico no ano de 1977, e depois segue numa trajetória de desaceleração a partir de 1978, coincidentemente com o período de maior diminuição das tarifas de importação.

Quanto à agricultura, Chonchol (1994) lembra que a reforma agrária, que havia se iniciado ainda no governo democrata cristão, foi brutalmente interrompida pelo regime militar. Cerca de um terço do total de terras expropriadas nos governos anteriores foi devolvida ou vendida por famílias que, sem a ajuda estatal, não conseguiram manter suas terras. No entanto, a devolução das terras não foi suficiente para que a estrutura

latifundiária extremamente concentrada do período anterior à reforma se reestruturasse (CHONCHOL, 1994). Um dos principais problemas apontados por Chonchol (1994) foi que a agricultura sofreu nesse período a entrega de terras à indústria madeireira voltada à exportação, que acaba por tomar lugar dos produtores de alimentos, e que ajuda a explicar a desaceleração do crescimento.

Com vistas a amenizar os efeitos do processo de liberalização e combate inflacionário, no emprego, o governo lança em 1974 o PEM (*Programa de Empleo Mínimo*). Os cidadãos desempregados contemplados por esse programa recebiam uma renda mensal de US\$ 27 em pesos, cerca de um terço do salário mínimo (MELLER e SOLIMANO, 1984).

Tabela XVIII – Taxa de desemprego anual

Ano	Taxa de desemprego sem PEM	Taxa de desemprego com PEM
1974	9,2	9,2
1975	14,5	16,5
1976	14,4	20,2
1977	12,7	18,6
1978	13,6	17,9
1979	13,8	17,3
1980	12,0	17,2
1981	10,8	15,6
1982	22,1	27,0

Fonte: Banco Central, Indicadores economicos y sociales, 1960-1982.

Na tabela XVIII, vemos, de um lado, a taxa de desemprego sem contar os contemplados com o PEM como desempregados (leia-se na tabela: taxa de desemprego sem PEM), e de outra vemos a taxa de desemprego com os contemplados inclusos entre os desempregados (leia-se na tabela: taxa de desemprego com PEM). Assim, com uma garantia de renda insuficiente para garantir a subsistência do trabalhador, o governo mascara a real situação de desemprego. Podemos ver que dois anos se destacam com saltos de desemprego, 1975 e 1982. No primeiro salto podemos relacionar com a política de choque anti-inflacionário do período, e o segundo podemos relacionar com a fuga de capitais e a queda abrupta da disponibilidade de crédito (MELLER e SOLIMANO, 1984). De 1976 a 1981 podemos ver uma tendência de recuperação, que é dificultada pelo aumento da taxa de juros. Ainda é importante destacar o profundo impacto social que

essas altas taxas de desemprego imputaram na sociedade, sendo que, dos desempregados, apenas 15% eram beneficiados pelo PEM, e ainda é importante ressaltar que a classe operária é a que se destacava como a mais afetada (MELLER e SOLIMANO, 1984).

Sobre a questão da desigualdade social, é visível a desigualdade da distribuição de renda quando vemos a evolução do índice de Gini nesse primeiro período do regime, que se intensificou mais ainda no período posterior. O índice de Gini apresenta uma tendência declinante durante todo o governo Allende, terminando em 1973 num patamar de 0,44, e, na sequência, segue crescendo com algumas variações até atingir o patamar de 0,55 em 1982 (TAGLE, 1998). Em menos de uma década, a elevação do índice em 25% nos revela a magnitude em que se deu a evolução da desigualdade durante os primeiros anos do regime militar.

Com a Constituição de 1979, o governo se esforçou em acabar com o poder corporativo de profissionais e trabalhadores mediante o decreto da livre associação, abolindo assim o *status* público e obrigando os trabalhadores a se organizarem em associações gremiais de direito privado e afiliação voluntária (LABRA, 2000). Isso também tocou na classe médica do país, que havia dedicado apoio incondicional aos primeiros anos do regime. Paralelo a isso, Labra (2000) ressaltava que aconteceram uma série de políticas no tocante à saúde, dentre as quais se destacam a extinção do antigo Sistema Nacional de Saúde (SNS) e a criação do Sistema Nacional de Serviços de Saúde (SNSS), que representou a separação das funções executivas (coordenadas pelo SNSS) das funções financeiras (representadas pelo Fundo Nacional de Saúde) e das políticas normativas (representadas pelo Ministério da Saúde). Além disso, ainda instituiu o repasse de fundos previdenciários a Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) financiadas com 10% dos salários do trabalhador, separação entre Previdência e Saúde e acesso geral ao regime de livre escolha no SNSS. Na análise de Labra (2000), essas mudanças configuraram uma deterioração da saúde da população, que já se encontrava enfrentando altas taxas de desemprego e aprofundamento da desigualdade social.

Fazendo um balanço sobre os resultados da liberalização nessa primeira década vemos sucessos no tocante ao combate à inflação, e crescimentos satisfatórios do PIB durante alguns anos. No entanto, esses resultados geraram altos custos para o país. Geraram um processo de endividamento bastante profundo, prejudicaram o desenvolvimento da indústria nacional, aumentaram a dependência do país em relação ao capital estrangeiro, conservaram altos níveis de desemprego, aprofundaram a desigualdade social e dificultaram o acesso da população de mais baixa renda a serviços

essenciais. Isso sem contar com a árdua repressão do regime militar, os abusos contra direitos humanos, perseguições, censura e restrição das liberdades individuais. Do ponto de vista de algumas correntes do neoliberalismo, no entanto, esse caso pode facilmente ser interpretado como um sucesso, e a propaganda do regime se apoiaria nisso para mantê-lo nesses moldes por mais quase uma década.

2.2. Governo Militar, os últimos anos – 1982 a 1990

O impacto da crise de 1982 sobre o Chile pode ser encarado como o resultado de uma política econômica que fragilizou a economia a um ponto que ela se encontrava extremamente sensível às tendências externas. Desse modo, a diminuição da liquidez externa demonstrou drasticamente a frágil base em que se deu o crescimento da década de 1970. Nesse capítulo trataremos das medidas tomadas para recuperação da crise, dos resultados econômicos e sociais do período e do processo de transição para a democracia.

A crise trouxe ao governo problemas além do simples desafio administrativo da economia. O impacto social desse episódio na população fez a oposição ao regime se fortalecer, levando o governo a ter seu poder questionado cada vez com mais relevância. Prova disso é a própria Democracia Cristã, antiga aliada do regime, que passa nesse momento a apoiar crescentes manifestações populares de oposição ao governo (SABINO, 1999). Sabino (1999) aponta para um processo de repolitização da população, com maior adesão popular a atos de desobediência civil, e fortalecimento da esquerda, com segmentos inclusive intensificando a luta armada contra o regime. Ou seja, dados os terríveis resultados da crise sobre a população chilena, o governo agora enfrentava seu maior período de contestação desde a implantação do golpe.

Mas a crise não somente inflamou o sentimento popular em relação ao regime, também atuou nas próprias concepções do governo. Esse episódio teria condicionado uma suavização do apego ideológico do governo aos ideais do neoliberalismo (SABINO, 1999). Dessa forma, Carcanholo (2000) afirma que esse segundo período lembrado pela recuperação seria marcado, num primeiro momento, por certo retrocesso na postura rigidamente liberal adotada pelo governo no período anterior.

Ainda em 1982 o governo abandona o regime de câmbio fixo e promove uma maxidesvalorização (SABINO, 1999). Cunha e Gala (2009) lembram que a crise trouxe uma insolvência bancária tamanha que teve que ser socorrida pelo Banco Central, e ainda argumentam que, a partir de então, as autoridades monetárias do regime passaram a se preocupar com as valorizações da taxa de câmbio e com os déficits em transações correntes. Como regulação ao sistema financeiro, o governo institui um limite ao endividamento externo dos bancos (CARCANHOLO, 2000).

Tabela XIX – Evolução da dívida externa

Ano	Dívida Pública Externa*	Dívida pública externa como porcentagem do PIB	Dívida externa privada*	Dívida privada externa como porcentagem do PIB
1982	2.207.852	18,81	3.706.725	31,58
1983	4.354.775	38,17	3.629.159	31,81
1984	5.796.935	47,98	3.478.926	28,79
1985	8.842.786	71,78	3.628.969	29,46
1986	10.383.253	79,82	2.480.456	19,07
1987	9.956.507	71,8	1.667.419	12,02
1988	8.783.487	59,03	1.570.682	10,56
1989	6.223.867	37,83	1.761.324	10,71
1990	5.290.523	31,01	2.284.397	13,39

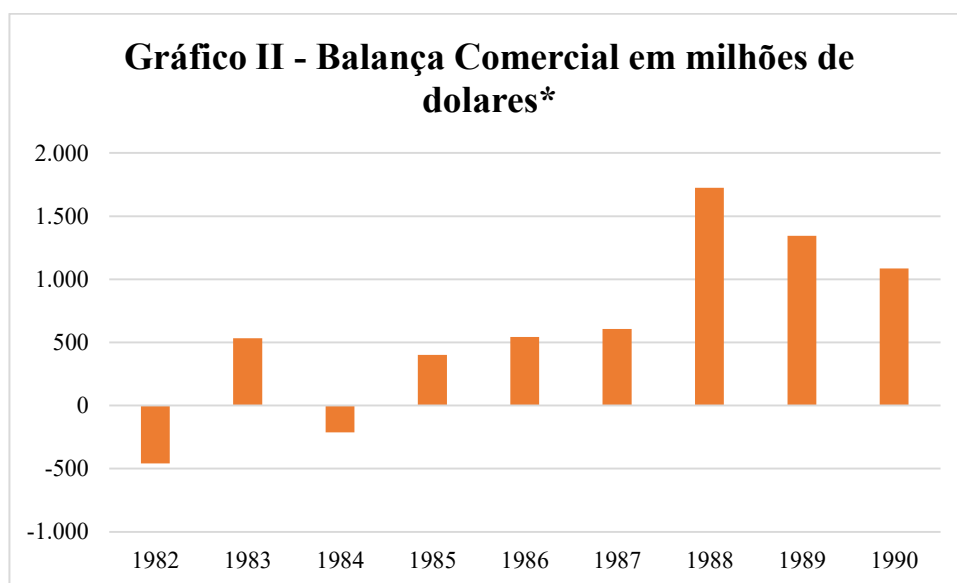
*Em milhões de pesos de 1995

Fonte: BRAUN, Juan. Economia Chilena 1810- 1995. Estadísticas Históricas.

Como podemos ver, pela Tabela XIX, a dívida externa pública e privada seguem tendências distintas até 1987, de forma que a dívida pública aumenta e a privada diminui. Sabino (1999) atribui essa tendência à política do Estado em assumir os passivos do setor privado, tanto que incorreu em sucessivos déficits fiscais. Sendo assim, a dívida privada, que no início do governo estaria no patamar dos 140 bilhões de pesos (3,24 bilhões de dólares correntes), e que em 1982 alcança seu mais alto valor com 3,7 trilhões de pesos (13,81 bilhões de dólares correntes), segue diminuindo às custas da proteção estatal, que, por sua vez, vai alçar seu mais alto pico de dívida em 1986, com 10,38 trilhões de pesos (38,74 bilhões de dólares correntes), representando 79,82% do PIB. A partir de então, as dívidas, tanto a pública quanto a privada, seguem caindo. É importante lembrar que de 1985 a 1989 acontece a renegociação da dívida externa, com novos empréstimos do FMI no patamar de 1,3 bilhões de dólares e conversão da dívida em investimentos no patamar de 9 bilhões de dólares. Colaborando assim para o processo de redução da dívida (CARCANHOLO, 2000).

Uma mudança importante da orientação econômica também aconteceu no tocante a políticas em relação ao mercado externo. O governo reintroduziu bandas de controles

de preços externos, efetivou um novo sistema *antidumping*⁶ e ampliou as tarifas médias sobre importações, que, como dito na seção anterior, se encontravam uniformes em 10%, salvo automóveis (CARCANHOLO, 2000). No tocante às tarifas sobre importações, a primeira alteração se deu em março de 1983, com um aumento para 20%; um ano depois a tarifa aumentaria para 35%, e em junho de 1985 voltaria para o patamar de 20%. Essas medidas foram importantes para melhorar os resultados da balança comercial.



Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como vemos no Gráfico II, a nova postura comercial protecionista do governo obteve resultados positivos e conseguiu melhorar os resultados da balança comercial. O preço internacional do cobre, como discutido anteriormente, se encontrava em baixa em 1982, e depois de uma pequena melhora no ano seguinte ele volta a cair em 1984. O preço só volta a subir em 1987, e um ano depois ele cresce 39,85%, o que explica o grande salto da balança comercial no período.

É importante ressaltar que as proteções comerciais também afetaram o mercado interno positivamente. O aumento das tarifas diminuiu a competitividade dos produtos importados, e permitiu que a produção interna⁷ pudesse prosperar durante o período. Mas o mais relevante é o que Carcanholo (2000) discute no tocante aos esforços do governo

⁶ Medidas que visam impedir que empresas estrangeiras possam ofertar no mercado interno produtos ou serviços muito abaixo do preço praticado no país de origem, apenas para ganhar mercado e subjugar o mercado interno.

⁷ De bens de baixo valor agregado.

que influenciaram na melhora dos resultados econômicos, quando foram tomadas certas medidas para regulamentar movimentos especulativos e direcionar os efeitos da abertura externa, canalizando o capital externo para atividades produtivas voltadas principalmente para exportação. Ou seja, orientar o fluxo de capitais para atividades de longo e médio prazos, e desincentivar capitais de curto prazo onde o capital trabalha com o intuito especulativo e de abastecimento interno (CARCANHOLO, 2000).

Tabela XX – Crescimento por setores de 1982 a 1990

Ano	Agricultura	Mineral	Manufatura
1982	-0,72	6,52	-20,96
1983	-2,1	-2,09	3,1
1984	8,96	5,47	8,89
1985	7,05	3,25	2,69
1986	7,62	0,92	7,62
1987	9,52	-0,33	5,28
1988	11,51	7,83	8,81
1989	6,25	7,79	10,95
1990	9,11	0,93	0,99

Fonte:BRAUN, Juan. Economia Chilena 1810- 1995. Estadísticas Históricas.

O setor de mineração vai tendo seu crescimento desacelerado conforme varia o preço internacional do cobre, e em 1988, com o aumento extraordinário do preço do produto, o setor volta a crescer em um patamar mais alto⁸.

A indústria manufatureira apresenta um crescimento acelerado ao longo do período, resultado do ganho de espaço do mercado interno, como já mencionado anteriormente, e da queda da taxa de juros real, que chega a ficar em -1,19% em 1988. No entanto, há um problema discutido por Carcanholo (2000), que diz respeito aos baixos níveis de investimento, que são persistentes durante o período.

⁸ Isso corrobora com a interpretação de uma suscetibilidade da economia chilena aos preços internacionais de *commodities*. Assim, vemos que a economia chilena traça uma trajetória de desenvolvimento em torno da consolidação de um padrão de reprodução exportador com especialização produtiva, conforme defende Osório (2012).

Tabela XXI – FBKF e Indústria em relação ao PIB

Ano	FBKF em relação ao PIB	Participação da indústria no PIB (%)
1982	14,20	34,73
1983	12,04	39,89
1984	12,41	40,46
1985	16,85	37,59
1986	17,14	36,99
1987	19,53	37,98
1988	20,54	43,09
1989	23,98	41,76
1990	23,68	41,46

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

A participação da indústria no PIB segue uma trajetória crescente durante o período, porém ainda chega em 1990 com uma participação inferior aos 49% de 1974. Mas o problema maior é encontrado nas baixas porcentagens de formação bruta de capital fixo em relação ao PIB, que revelam uma média de apenas 17,82% ao longo do período. Dessa forma vemos que os problemas com investimentos ainda se mantem no Chile nesse período. Carcanholo (2000) explica o crescimento do setor pela ocupação de grande capacidade ociosa, que, como já comentado na seção anterior, não se deu na década passada.

Tabela XXII – Crescimento do PIB

Ano	Crescimento do PIB (%)
1982	-11,6
1983	-5,2
1984	6,3
1985	5,5
1986	3,9
1987	4,9
1988	5,5
1989	8,7
1990	2,0

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

O crescimento do PIB se mantém numa evolução razoável, com uma aceleração mais dinâmica a partir de 1987, e chegando ao resultado máximo do período em 1989, com um crescimento de 8,7%. No entanto, a média do período é de um crescimento de apenas 4% ao ano (excluindo o ano de 1982), o que, apesar de ser um crescimento baixo para um país dito “em desenvolvimento”, já é um resultado significativamente melhor do que a média da década anterior que carregava o peso da retração sofrida pela crise.

No tocante à questão do desemprego, o governo lança o *Programa de Ocupación para Jefes de Hogar* (POJH). Esse programa, lançado em 1983, diferente do PEM, tinha o objetivo de criar novos postos de trabalho de baixa qualificação para ocupar os trabalhadores desempregados (MELLER e SOLIMANO, 1984). Apesar dos baixíssimos salários e das péssimas condições de trabalho, o programa contribuiu para a diminuição da taxa de desemprego.

Tabela XXIII – Taxa de desemprego de 1982 a 1988

Ano	Taxa de desemprego
1982	25,0
1983	26,2
1984	21,4
1985	19,0
1986	13,6
1987	11,9
1988	10,2

Fonte: V. Hofmeister, Wilhelm, *La Opción por la Democracia. Democracia Cristiana y Desarrollo Político en Chile, 1964-1994*.

Como podemos ver, o desemprego tem um recuo bastante positivo ao longo da década. O POJH continua vigorando até 1988, quando o governo considera que a economia estava, enfim, normalizada (SABINO, 1990). É claro que, em maior medida, a diminuição do desemprego se deveu ao aumento dos setores produtivos. No entanto, esses

dados escondem a outra face do desenvolvimento econômico chileno, a perda do salário real e o aprofundamento da desigualdade social.

Ruiz-Tagle (1998) destaca as reformas no setor público, tendo em vista a diminuição do Estado como protagonista, juntamente com o declínio dos salários reais e da evolução negativa do quesito equidade de renda e riqueza. Ainda com o passo atrás dado no projeto neoliberal não foi possível reverter a trajetória crescente da desigualdade social. O índice de Gini apresenta seu pior resultado em 1987, quando alcança o patamar de 0,60, resultado ainda pior que da década anterior.

Um fato de extrema importância para o período foi a última onda de privatizações que se deu nos últimos meses do regime militar, em 1989. As grandes empresas estatais que não haviam sido privatizadas nos primeiros anos do regime, como as empresas de telefonia e eletricidade, uma grande carvoaria, instituto de seguros do Estado, dentre outras mais, foram todas privatizadas nesse período. Ainda em 1989, o governo promulga uma lei que concede ao Banco Central completa autonomia na sua atuação, eliminando assim a vinculação entre a direção da economia e a administração de outras áreas do planejamento.

Com o passar dos anos, e com o fortalecimento da oposição ao regime, que ia sendo cada vez mais reforçada, tanto por setores progressistas internos, quanto pela opinião pública internacional, o regime vai se preparando para iniciar o processo de redemocratização. De início o governo ainda lança, em 1988, um plebiscito colocando em questão a permanência do ditador por mais alguns anos, onde Pinochet foi derrotado com mais de 60% dos votos (SABINO, 1999).

Dada a derrota do regime, o governo se lança num esforço de chegar à redemocratização da maneira mais tranquila e pacífica possível. Isso era o que planejavam os estrategistas econômicos do governo, que viam num processo de redemocratização espontâneo e amistoso a única chance para que não houvesse uma ruptura com o planejamento econômico estabelecido no regime (SABINO, 1999)

Dessa forma, em 1989 são realizadas eleições diretas para a presidência do país, depois de dezesseis anos de ditadura. O candidato vitorioso foi Patricio Aylwin, membro de uma coalisão encabeçada pela Democracia Cristã.

O último período do regime ditatorial chileno foi marcado pela recuperação dos estragos feitos por uma abertura desregrada e imprudente, onde de várias maneiras foi necessária a adoção de medidas anti-neoliberais. Os resultados macroeconômicos foram

satisfatórios, no entanto a população aprofundou suas desigualdades, e a renda seguiu uma trajetória de concentração ainda mais acentuada do que no período anterior.

3. TENDÊNCIAS DOS ANOS 1990

O processo da redemocratização chilena, como dito no capítulo anterior, tem caráter pacífico e tranquilo. No entanto, é preciso lembrar que, dentro desse processo, houve significativo esforço de agrupar uma oposição coesa e mais efetiva com a chamada *Concertación*. Nesse capítulo trataremos de entender como se deu o processo de redemocratização no âmbito das políticas econômicas e sociais, assim como também buscar esclarecer qual a herança que o neoliberalismo deixou no Chile e também os sucessos e os problemas do modelo chileno na seguinte década.

A *Concertación de Partidos por la Democracia*, ou simplesmente *Concertación*, é uma coalizão de partidos de centro esquerda que foi formada inicialmente para incitar o voto popular para a não aceitação da extensão do período comandado pelo regime, que foi votada no plebiscito de 1988. Essa coligação é formada por quatro partidos principais, o Partido Demócrata Cristão, o *Partido por la Democracia*, o *Partido Social Demócrata* e o *Partido Socialista* (GARRETÓN, 1992).

Após a derrota do regime no plebiscito, a *Concertación* se manteve ainda unida e lançou um candidato único à corrida presidencial, Patricio Aylwin, pertencente à Democracia Cristã. Segundo Garretón (1992), o discurso inicial da *Concertación*, que dizia respeito à instalação de um governo de transição de quatro anos, foi equivocado, pois tecnicamente a transição se deu já com a chegada da coalizão ao poder, dada a intenção do regime ditatorial de fazer uma transição amistosa para que não houvesse uma ruptura de diálogo quanto às políticas econômicas entre os dois períodos. No entanto, Garretón (1992) ainda lembra que, apesar da mudança efetiva de regime, os problemas que envolvem transformação social precisam da participação efetiva da população e interesse das camadas médias da sociedade. Vista assim, a transição apenas se concebeu de uma maneira incompleta.

De certa forma, o plano do regime ditatorial, de construir uma ponte amistosa com a democracia, surtiu efeito, ao ponto que as políticas econômicas mantiveram uma orientação visando a abertura econômica. O programa de governo do presidente Aylwin se resignou em manter a mesma estratégia de crescimento tendo em vista o financiamento externo (SABINO, 1999). No entanto, o novo governo se diferencia pela adoção de uma orientação cepalina no que tange ao relacionamento com o capital estrangeiro. Sobre essa orientação, Carcanholo (2004) aponta que não se tratava de reduzir o grau de abertura e

liberalização da economia, mas sim de instaurar medidas que tivessem por meta o gerenciamento dos capitais internacionais, os direcionando para financiamento produtivo de longo prazo e desincentivando a entrada de capitais com fins especulativos, créditos de curto prazo, ou interessados em financiar o consumo interno. Seguir essas orientações significava se aprofundar nas medidas adotadas pelo Estado para a recuperação da crise em 1982, aumentando o controle sobre o fluxo de capitais externos para selecionar os financiamentos mais desejados.

Nesse contexto, o novo governo contou com um cenário externo de recuperação da liquidez e de alta do preço do cobre no final da década de 1980, como discutido no capítulo anterior. Fatores esses que favoreceram a entrada de capitais externos. Segundo Carcanholo (2004), o controle da entrada de capitais foi efetivado por quatro instrumentos principais. O primeiro era o aumento dos impostos sobre importações e exigência de reservas para a entrada de capitais; desse modo o governo pretendia ter controle dos efeitos das importações sobre o mercado interno, assim como sobre as variações do câmbio. O segundo mecanismo se relaciona justamente com o câmbio: seria, portanto, a instituição de um regime cambial de flutuação suja, com bandas de flutuação, inicialmente de 5%, chegando ao patamar de 25% posteriormente; com isso o governo pretendia proteger seu mercado exportador com um câmbio que se adequasse às suas necessidades. O terceiro instrumento se relaciona com a manutenção das reservas cambiais, onde seriam utilizadas operações de *open market*. E o quarto instrumento seria o aumento da regulação sobre os mercados financeiros. Dessa forma o governo pretendia se utilizar dessa política de controle sobre os capitais externos para sustentar um crescimento dos investimentos e conseguir diversificar a sua pauta exportadora (CARCANHOLO, 2004).

No que tange aos investimentos, o direcionamento do financiamento externo obteve resultados positivos. A relação entre a formação bruta de capital fixo e o PIB se manteve em patamares superiores a 20% durante todo o período, evidenciando a correspondência entre o direcionamento de financiamento estrangeiro e os investimentos produtivos (CARCANHOLO, 2004).

Tabela XXIV – FBKF em relação ao PIB e crescimento do PIB (%)

Ano	FBKF relação ao PIB	Crescimento do PIB (%)
1990	23,68	2,02
1991	20,52	6,25
1992	23,21	10,52
1993	25,95	5,34
1994	24,38	4,13
1995	25,14	9,02
1996	26,38	5,91
1997	27,11	5,16
1998	26,13	1,87
1999	20,84	-2,03

Fonte: Banco Mundial, elaboração própria.

Como podemos ver, as taxas de investimento finalmente revelam certa ascensão, diferente do período anterior. Dessa forma, o crescimento do produto no período se deu por um real crescimento da capacidade instalada. Esse comportamento dos investimentos se intensificou depois do fim do governo Aylwin, atingindo seu maior patamar em 1997, já no governo Eduardo Frei Ruiz-Tagle, com 27,11% do PIB.

Quanto ao crescimento do PIB, ele apresenta dois anos de destaque, 1992 e 1994, quando o produto cresceu a patamares altíssimos, ainda que a evolução desse crescimento não se dê de maneira progressiva e constante. O primeiro período fica marcado por crescimento em patamares que sobem e caem sucessivamente em cada ano, não havendo uma sequência de crescimento acelerado. No segundo período, podemos notar uma tendência de desaceleração do crescimento, chegando em 1999 com um crescimento negativo. Isso reflete ainda uma dependência de financiamento externo para o crescimento, mas sem que a economia se encontre tão fragilizada num período de crise externa quanto no período do regime ditatorial. No entanto, colocar a explicação das baixas taxas do fim do período no cenário externo seria superficial e equivocado, como será discutido adiante.

Somado ao cenário de estável crescimento, o governo ainda conta com um bem-sucedido controle da inflação, que tinha voltado a subir no fim da década passada alcançando 26% em 1990. Ao final do governo Aylwin consegue-se convertê-la a um nível de 8,23% em 1995. O governo Frei ainda consegue sustentar a tendência decrescente da inflação, fazendo com que ela chegasse, em 1999 a um patamar de 3,33% ao ano.

Um fato importante a ser discutido é a frustração do modelo em conseguir aumentar a participação dos setores além do de matérias primas no total das exportações (CARCANHOLO, 2004).

Tabela XXV – Composição das Exportações

Ano	Mineral (%)	Manufatura (%)	Agricultura (%)
1990	54,61	11,25	8,53
1991	49,23	13,37	8,04
1992	46,79	13,61	9,17
1993	43,14	16,54	10,29
1994	43,40	16,86	11,09
1995	48,25	13,48	12,41
1996	46,26	14,67	9,42
1997	48,09	15,56	8,92
1998	42,93	17,27	8,97
1999	43,24	16,82	9,69

Fonte: BRAUN, Juan. Economia Chilena 1810- 1995. Estadísticas Históricas.

Como podemos ver, realmente acontece uma diminuição da participação da mineração nas exportações, acompanhado do aumento da participação dos outros setores. Mas essa tendência não se sustenta por muito tempo; em 1994 a participação da mineração volta a crescer e os outros voltam a cair.

Carcanholo (2004) relaciona a incapacidade do modelo chileno em alcançar certas metas a limitações intrínsecas ao próprio modelo. O crescimento baseado na alocação de capitais tem um fator comprometedor. Conforme vai se dando a entrada de capitais na economia a taxa de câmbio vai se valorizando, e junto com ela a propensão a importar aumenta. O aumento das importações tende a deslocar atividades produtivas já internalizadas, o que constitui um fenômeno que Carcanholo (2004) chama de dessubstituição de importações. Dessa forma, a atração de capitais externos, apesar de se mostrar o determinante do crescimento econômico chileno no período em tela, se constitui também como limitador do modelo vigente. Esse esgotamento aparece como uma reversão cíclica representada pelos baixos indicadores de crescimento do fim do período (CARCANHOLO, 2004).

É preciso ressaltar que no governo Frei acontece certo aprofundamento das reformas neoliberais. Foram feitas reformas em benefício da entrada de um maior fluxo de capitais estrangeiros, facilitação de captação de financiamento internacional por grandes empresas e as agências administradoras de fundos de pensão agora poderiam investir no exterior (CARCANHOLO, 2004). Isso de certa forma prejudica a alocação dos capitais externos que ingressam no país, o que corrobora com os piores resultados no final do período.

Sobre o esgotamento do modelo chileno, é importante relacioná-lo com a situação de dependência na qual os países latino americanos estão inseridos, justo por pertencerem à economia global. Conforme Marini (1973) aponta, essa condição de dependência é representada por uma relação de subordinação das nações subdesenvolvidas em relação às desenvolvidas. Nessa relação de subordinação as relações de produção dos países subordinados atuam de maneira a perpetuar a situação de dependência.

Dada a situação de dependência que se faz vigente no período atual, por conta da diferenciação tecnológica dos meios de produção, a composição técnica dos capitais dos países desenvolvidos acaba sendo mais produtiva, isto é, a produtividade da força de trabalho é maior nesses países (MARINI, 1973). Dessa forma, os capitais adiantados nos processos produtivos desses países desenvolvidos terão uma maior quantidade de capital constante em relação ao capital variável, e, como o valor novo é apenas criado pelo trabalho vivo realizado pela força de trabalho, e não pelo aumento da quantidade de capital constante, o valor novo e a mais valia teoricamente não se alterarão; apenas haverá uma maior quantidade de valores de uso gerados na forma de mercadorias. Com isso, o lucro individual desses capitais cairia nessa situação, uma vez que ele é obtido em relação ao capital total adiantado, então, com o aumento do capital constante, ter-se-ia uma diminuição da taxa de lucro desses capitais, conforme a teoria marxista.

No entanto, no mercado, esses capitais mais produtivos vão oferecer sua produção a um valor social médio que está acima do seu valor individual, e assim se apropriariam de um valor criado por um capital menos produtivo, que coloca sua produção no mercado a um valor social médio inferior ao seu individual (MARX, 1894). Nesse quesito, como já analisado por Marx, os capitais mais produtivos têm maior capacidade de interferir nas taxas de lucro médias da economia, e assim, tem capacidade de se apropriar de uma maior quantidade do valor gerado na economia como um todo. Marini (1973), então, argumenta que a composição do capital abaixo da média, em que os capitais dos países subordinados

se encontram, determina uma condição de dependência em que, alheios à tecnologia dos países desenvolvidos, encontram na superexploração da força de trabalho uma forma de manter competitividade no mercado mundial.

Com base nisso, Carcanholo (2004) analisa a situação do emprego no Chile durante esse período posterior ao do fascismo neoliberal. A conclusão é que, apesar da queda do desemprego durante o período, as condições em que isso se deu foram precárias. Os salários reais cresceram sempre em patamares menores que os da produtividade, evidenciando uma obtenção de mais valia relativa pelos capitalistas. Também analisa a evolução em termos de equidade no período. Sobre esse aspecto é constatado que também não houve melhora significativa; pelo contrário, teria havido aprofundamento das desigualdades de renda entre a população. Segundo Carcanholo (2004), a renda dos 20% dos domicílios mais pobres passou de 4,92% em 1992 para 4,6% em 1994, enquanto a renda dos 20% mais ricos cresceu, de 55,4% do total para 56,11%.

Outro ponto importante a ressaltar diz respeito ao papel do capital financeiro⁹ no quadro de dependência do Chile. Sua função estaria atrelada ao fornecimento de liquidez necessária para adquirir capital para integrar o processo produtivo, acelerando o processo de rotação do capital. Dessa forma, isso elevaria a taxa anual de mais valia, permitindo uma ampliação da acumulação de capital (CARCANHOLO, 2004). Assim, o capital financeiro teria um papel importantíssimo no processo de acumulação, mas não faria parte da produção de valor, mas sim da sua apropriação através de juros. Carcanholo (2004) argumenta, então, que, conforme esse capital fictício vai se tornando rentável, uma maior parcela do capital total tende a ser direcionada para esses fins, e não para a produção em si, gerando retração do ciclo.

O caso do Chile nos anos 1990 se apresenta, então, como uma continuidade ao processo de abertura comercial, no entanto, com políticas direcionadas, tentando obter metas para se colocar num novo patamar de desenvolvimento. No entanto, o projeto chileno esbarra em contradições do próprio modelo neoliberal e em questões estruturais da própria organização das economias globais. Os resultados macroeconômicos são insuficientes para livrar o país de sua posição primária no comércio internacional, e

⁹ Quando usamos aqui “capital financeiro” nos referimos à operacionalidade do setor financeiro e sua capacidade de criação de crédito, bem como o desenvolvimento, a partir daí, de formas fictícias e especulativas de “geração” de riqueza. Nossa análise nada tem que ver com o tratamento que faz Rudolf Hilferding da categoria capital financeiro.

tampouco para resolver os problemas internos de cunho social, que também acabam por se relacionar com questões estruturais de dependência, e são intensificados pela dinâmica neoliberal.

4. ANALISES E REFLEXÕES PARA CONCLUSÃO

Como vimos, o Chile, no fim do século passado, foi palco de experiências inéditas na América Latina. Inéditas, porém representativas de todo um cenário no qual o mundo estava inserido. O país passa pela década de 1960 marcado por estagnação e por administrações favorecedoras do interesse do grande capital. Sua esquerda se fortalece na contradição entre os interesses burgueses, que por sua vez é resultado de um aprofundamento no processo de monopolização da economia, impulsionada pela centralização dos capitais. Ou seja, isso demonstra que, dada a evolução do processo de acumulação de capital, novas parcelas da população vão sendo afetadas negativamente (leia-se: interesses da pequena e média burguesia), e assim o próprio confronto de classes se intensifica, dando força aos discursos progressistas. De fato, não só o Chile foi testemunha da ascensão da esquerda que florescia das condições de miséria imputadas pelo capitalismo. Vários outros países foram sendo direcionados por essa trilha por conta das demandas de uma parcela cada vez mais significativa da sociedade.

Com a chegada ao poder, a esquerda se encontra sozinha, e dependente do apoio burguês. Coisa que só poderia obter se mantendo fiel ao arcabouço do Estado que garante a hegemonia do capital. Sendo assim, a instituição de reformas sociais e econômicas favorecendo a classe proletária tem sempre que se manter dentro de um limite seguro, dentro da estrutura estatal, e ainda assim favorecer a classe burguesa para buscar uma base mais sustentável de governo. Nessa revolução contida, a prosperidade é ameaçada diversas vezes por uma burguesia intransigente, que, além de se recusar a cooperar, ainda se lança no esforço de influenciar a opinião pública negativamente e prejudicar a produção.

Concomitante a isso, a esquerda começa a rachar, por conta de uma maior atenção dada aos interesses burgueses do que às vertentes mais radicais. Mas mesmo com o governo enfraquecido, o ideal revolucionário ainda resiste, presente nas representações dos Comandos Comunais e nas organizações de trabalhadores. Talvez, em um cenário isolado, a esquerda tivesse chances, mas os interesses do capital internacional se fizeram presentes o tempo todo, e asseguraram o declínio da revolução popular. O que podemos tirar de lição é que a aliança com as camadas pequeno e médio burguesas não configura uma segurança aos setores progressistas, porque são os interesses do grande capital, acima de tudo, que vão se estabelecer como dominantes.

A chegada do fascismo neoliberal ao poder se configura, assim como a ascensão da esquerda oriunda da acumulação de capital, como um comportamento recorrentemente verificado quando algo ameaça esse processo de acumulação. O autoritarismo aparece como a resposta do sistema ao progresso social, seja por vias indiretas, através da influência sobre a sociedade, seja de maneira direta e orquestrada. Esse comportamento também se mostrou presente em outros países da América Latina, corroborando com a interpretação defendida neste trabalho. No entanto, o caso do Chile se destaca pelo fato de a resposta do capital ter vindo na forma de uma orientação econômica que, anos mais tarde, ganharia um espaço de proporção global, fazendo do Chile o laboratório de testes do neoliberalismo. É dessa forma que a experiência chilena deixa de representar apenas a situação dos países sul-americanos e passa a representar as aspirações de uma orientação econômica que se enquadra perfeitamente nos propósitos da acumulação capitalista.

No poder, o neoliberalismo chileno se preocupa em “diminuir o Estado”, no sentido de deixá-lo encarregado de reprimir os anseios sociais da população. O mercado é deixado livre, conforme defendiam os estudiosos de Chicago, a inflação é controlada e a moeda é valorizada, tudo com custos sociais consideráveis, como aumento do desemprego e o aprofundamento da desigualdade social. O resultado é um crescimento do PIB em patamares invejáveis, mas que não corresponde ao desenvolvimento almejado por uma nação que se leve a sério, onde a indústria nacional é colocada para competir internamente com capitais internacionais mais produtivos, que assumem seus mercados, os deixando cada vez mais sem condição de se desenvolver. Mas o cenário ilusório da economia chilena se desmancha quando diminui a liquidez externa, deixando a economia alheia ao crédito que sustentava seu crescimento. Isso revela a superficialidade com que se dão os resultados das políticas liberais nos países subdesenvolvidos.

Afetada pela crise internacional a economia recua na sua orientação liberal. O Estado socorre a dívida dos bancos, e o governo passa a tomar medidas que protejam a economia de ataques especulativos. A entrada de capitais passa a ser trabalhada de maneira a orientá-los, principalmente, para o mercado exportador, e a indústria cresce através da utilização de capacidade ociosa. Tudo parece correr bem, mas, como foi discutido anteriormente, a economia do Chile continua numa situação suscetível a variações dos preços internacionais das *commodities*, tendo seus superávits comerciais, explicativos do crescimento do PIB, como resultados da alta do preço de seu principal produto exportador, o cobre. Outro aspecto negativo que persiste na economia chilena é o aprofundamento da desigualdade social, e a questão do desemprego, que vai sendo

tratada através de políticas que se preocupavam mais em maquiar os indicadores do que em providenciar melhorias para a população. Isso parece ter sido suficiente para o governo se achar preparado para avançar novamente nas orientações neoliberais com uma nova onda de privatizações.

Resultado de um grande esforço praticado por uma classe preocupada com o futuro da economia chilena, ou com o futuro de seus próprios interesses, as orientações neoliberais são preservadas após a redemocratização. Agora o neoliberalismo se encontra difundido pelo mundo, e existem mais estudos e orientações de como gerir uma economia de mercado aberto em países subdesenvolvidos como o Chile. Com base nisso, o país passa a, sem diminuir o grau de abertura, direcionar a entrada de capitais para intuits estratégicos de investimento de longo prazo, minimizando os prejuízos que a abertura poderia causar à indústria interna. Apesar de se encontrar mais protegida contra as crises externas, o crescimento ainda se encontra altamente dependente do financiamento externo, e os resultados comerciais ainda são altamente dependentes dos preços das *commodities*.

Isso demonstra, sobretudo, o ponto para o qual chamamos a atenção desde a introdução deste trabalho, que seria a incapacidade da doutrina neoliberal de estabelecer margens para que a economia chilena se desenvolvesse e ultrapassasse essa condição de economia periférica; que rompesse com a situação de dependência em relação à exportação de *commodities*, e que desenvolvesse uma indústria com expressão. Como vimos, a adoção da orientação neoliberal resultou num aprofundamento desses problemas; o país se tornou mais dependente do capital externo, e, em três décadas de abertura econômica, conseguiu rasos resultados de aumento da participação da indústria no PIB. Esse sistema mantido apenas propiciou alguns anos de crescimento significativo, que, além de não se converterem em um desenvolvimento propriamente dito, também custaram duras penas à sociedade chilena, tanto na questão da repressão do regime, quanto nas questões referentes a desigualdade, desemprego e privação de serviços públicos.

O Chile, como já discutido na introdução, é um modelo que serve como representante da situação dos países latino-americanos, que também se encontram na periferia da economia global e também se encontram no raio de influência do capital norte-americano. Dito isso, e estabelecendo os limites e as incapacidades do modelo neoliberal para desenvolvimento do Chile, também seria plausível que essa mesma

conclusão pudesse ser obtida quando estudados os outros países que se encontram contemplados pelo exemplo chileno.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Perry. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ARAVENA, Francisco Rojas. **Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997**. In *Revista brasileira de política internacional*, vl. 40, nº 2, Brasília julho/dezembro, 1997.

BARDÓN, Álvaro M.; CARRASCO, Camilo A.; VIAL, Álvaro G.. **Uma Década de Cambios Económicos, Lá experiencia chilena 1973 – 1983**. Editora Andrés Bello; Santiago do Chile, 1985.

BLOMSTRÖM, M.; MELLER, P.. **110 años de desarrollo económico chileno, 1880-1990**. In *Uma perspectiva de largo plazo del desarrollo económico chileno, 1880-1990*. 1990.

BORGES, Daniel de Sousa Sales. **A Unidade Popular e seu programa de reforma agrária: continuidades, rupturas e limites do socialismo no campo chileno (1970-1973)**. Rio de Janeiro, 2007.

BORGES, Elisa de Campos. **Com la Unidad Popular ahora somos Gobierno, Experiência dos Cordones Industriales no Chile de Allende**. Niterói, 2011.

BRAUN, Juan; BRAUN, Matías; BRIONES, Ignacio; DÍAZ, José. **Economía Chilena 1810-1995. Estadísticas Históricas**. In Documento de Trabajo ISSN 0717-7593, Instituto de Economia da Pontificia Universidad Católica de Chile. Santiago, janeiro, 2000.

BRITTO, Ariana. **Reformas Educacionais no Chile: a vez do agente**. In CEDE (Center for Studies on Inequality and Development), Discussion Paper nº 55, outubro, 2011.

CAPUTO LEIVA, Orlando. **La crisis de la economia chilena. El cobre, del sueldo de Chile al crecimiento**. CLACSO (Conselho Latinoamericano de Ciencias Sociales), Buenos Aires, 2002.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **A Falsa Via Chilena: lógica, contradições e limites do modelo**. In *Revista da sociedade brasileira de economia política do Rio de Janeiro*, no. 15, dezembro, 2004.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. Dados e Estatísticas. Disponível em: www.cepal.org/pt-br/datos-y-estadisticas. Acesso em 29 de abril de 2017.

CHONCHOL, Jacques. **O Chile ontem e hoje**. In *Estudos Avançados*, vol. 8, nº 21, São Paulo, maio/agosto de 1994.

CUNHA, Patrícia Helena F.; GALA, Paulo. **Do populismo às bandas cambiais: a evolução da política cambial no Chile de 1970 a 1999**. In *Revista de Economia Política*, vol 29, nº 3 (115), pp. 35-53, julho-setembro/2009.

EDWARDS, Sebastian; LADERMAN, Daniel. **The Political Economy of Unilateral Trade Liberalization: The Case of Chile.** In *National Bureau of Economic Research, Working Paper n° 6510*; Cambridge, Massachusetts, abril, 1998.

FARRELL, Joseph P. **The national unified school in Allende's Chile : the role of education in the destruction of a revolution.** Vancouver : University of British Columbia, 1986.

GARRETÓN, Manuel Antonio M. **A redemocratização no Chile: transição, inauguração e evolução.** In *Lua Nova: Revista de Cultura e Política n° 27*, São Paulo, dezembro/1992.

GOMEZ, Sergio; ECHENIQUE, Jorge. **La Agricultura Chilena,** Las dos caras de la modernización. Salesianos, Santiago, março, 1988.

GROSH, Margaret E. **Social Spending in Latin America: The Story of the 1980s.** In Word Bank, Washington, D.C. 1990.

GUZMÁN, Patrício. **La Batalla do Chile.** Paris, 1979.

JERES, José Leopoldo Montesiano. **Democracia-Dictadura y Centralismo-Liberalismo. Fractura política y fractura económica em el Chile de la segunda mitad del siglo XX.** Santiago do Chile, junho de 2007.

KLEIN, Naomi. **A doutrina de choque:** a ascensão do capitalismo de desastre. Editora Nova Fronteira S.A., Rio de Janeiro, 2007.

LABRA, Maria Eliana. **Padrões de Formulação de Políticas de Saúde no Chile no Século XX.** In *Dados*, vol. 43, n° 1, Rio de Janeiro, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência.** In *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, n° 5*, Santiago do Chile, junho/1973.

MARINI, Ruy Mauro. **El reformismo y la contrarrevolución:** estudios sobre Chile, Era, México, 1976.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** Livro I: o processo de produção do capital. Éditions Flammarion, Paris, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política:** Livro III: o processo global de produção capitalista. Friederich Engels Werke (MEK). Hamburgo, 1890

OSÓRIO, Jaime. **América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva** – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência.* São Paulo: Boitempo, 2012.

RONDINEL, Ricardo; SONAGLIO, Claudia; PEDROSO, Ledi. **Economia chilena: exemplo a ser seguido?** In *Revista Economia e Desenvolvimento, n° 17*, 2005.

SABINO, Carlos. **El camino chileno hacia el capitalismo.** In *El fracasso del intervencionismo: abertura y libre mercado em América Latina.* Ed. Panapo, Caracas, 1999.

SCHWARTZMAN, Simon. **Chile: um laboratório de reformas educacionais.** In *Ciclos de Seminários Internacionais, Educação no século XXI modelos de sucesso: Reforma educativa.* Rio de Janeiro, 2007.

SOLIMANO, Andrés; ARELLANO, José Paulo; FOXLEY, Alejandro; MELLER, Patricio; MUÑOZ, Oscar; FFRENCH-DAVIS, Ricardo. **Reconstrucción económica para la democracia**. Aconcagua, 1984.

TRONCOSO, Hugo Cancino. **Auge e desenvolvimento dos Cordões Industriais, Comandos Comunais e Órgão de Abastecimento Direto**. In *Chile: A problemática do Poder Popular no processo da via chilena ao socialismo, 1970-1973*. Aarhus University Press; Aalborg, 1988.

WBG. WORLD BANK GROUP. World Bank Open Data. Disponível em: www.data.worldbank.org. Acesso em 29 de abril de 2017